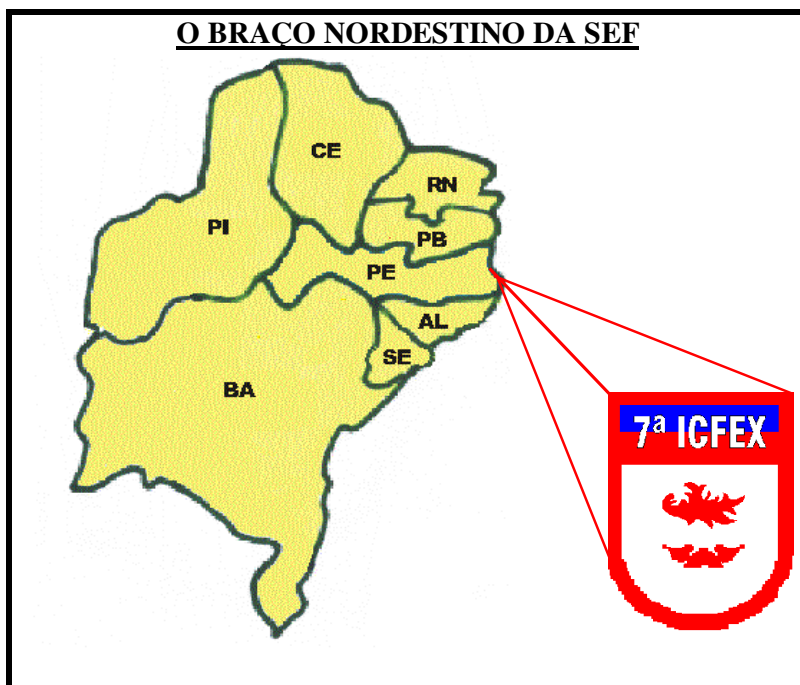




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nr 08
(31 DE AGOSTO DE 2009)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro a Conformidade Contábil Mensal – “Junho/2009”	2
2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS	
1. Tomada de Contas Anual	2
a. Regulares	2
- Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – Orientação.	2
b. Irregulares	2
2. Tomada de Contas Especial	2
3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	3
a. Execução Orçamentária	3
- Empenho – Orientação sobre espécie de Empenho - MSG SIAFI 2009/0806395, de 17 JUL 09, da CCONT/STN	3
b. Execução Financeira	3
c. Execução Contábil	4
1) Contas Contábeis	4
a) Determinação do TCU – Receitas Arrecadadas – MSG SIAFI 2009/0775561, de 09/07/ 09, da SEF.	4
b) Msg 011/2ª EC – Considerações acerca dos Órgãos Provedores - MSG SIAFI 2009/0866847, de 31/07/09, da D Cont.	4
c) Vinculação de Restrição Contábil as equações 103/114/115 - MSG SIAFI 2009/0860993, de 30/07/09, da CCONT/STN	5
2) Patrimônio	5
3) Custos	5
d. Execução de Licitações e Contratos	5
e. Pessoal	5
1) UG com encargos de pagamento de Pensionistas Civis - Implantação de Pensão Civil - MSG SIAFI 2009/0851757, de 28/07/09, do CPEx.	5
2) UG com encargos de pagamento de Pens. Civis - Atualização - MSG SIAFI 2009/0851742, de 28/07/09, do CPEx.	6
3) Apuração de Irregularidade Adm. – Parecer nº 048/AJ/SEF, de 13 AGO 09, anexo ao Of nº 290 - Asse Jur – 09, 13/08/09.	6
4) Adicional de Habilitação para Sargento Tmpr possuidor Curso Téc. Enfermagem - Of nº 293 - Asse Jur – 09, 12/08/09.	6
f. Controle Interno	7
- Controles Internos Administrativos - Improriedades - MSG SIAFI 2009/0944385, de 20 JAGO 09.	7
g. Visita de Auditoria	8
h. Convênios	8
2. Recomendações sobre Prazos	9
3. Soluções de Consultas	9
a. Adicional de tempo de serviço	9
b. Auxílio-invalidez	9
c. Escrituração Pública de Inventário Extrajudicial	9
d. Prejuízo ao Erário – pagamentos indevidos – apuração – erro não escusável	9
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para às UG	9
a. Legislação e Atos Normativos	9
b. Orientações aos Agentes da Administração	10
1) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - MSG SIAFI 2009/0940160, de 19 AGO 09, da SEF.	10
2) Balanço Patrimonial Digital. – Mensagem SIASG 053320, 02/0709, da DLSC/SLTI-MP.	10
3) Empenho - SISCUSTOS - MSG SIAFI 2009/0922688, de 14/0809, da 7ª ICFEx.	11
4) Alteração Manual SIAFIWEB- MSG SIAFI 2009/0828757, de 22/0709, da CCONT/STN	11
5) Início das Atividades de Certificação Digital dos Usuários do SIASG.	12
6) Novo Tratamento para o Campo Inscrição 02 nas Situações/Deduções, 2009/0793527, da CCONT/STN, de 14/07/09.	13
7) Portal Guardião do Saber	13
8) Retenção Tributária	13
9) Normas de Contabilidade	14
c. Mensagens COMUNICA	15
4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS	
1. Aniversário de Organizações Militares (OM)	15
2. Informações do tipo “Você Sabia ...?”	16
- ANEXO “A” – Direitos Remuneratórios Relativos ao Auxílio Funeral.	18
- ANEXO “B” – Prejuízo ao Erário – Pagamento Indevido – Apuração - Responsabilidade civil dos Agentes da Administração	22
- ANEXO “C” – Julgados do TCU de maior interesse para às UG, publicados em Julho de 2009.	39



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “JULHO/2009”

Cumprindo às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou, no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **JULHO/2009**, de todas as Unidades Gestoras (UG), **SEM ALTERAÇÃO**.

2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomada de Contas Anual

a. Regulares

Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros - Orientação

- Esta Inspeção lembra que o dia em que foi realizada a Sessão do TCU corresponde à data de início da contagem do prazo de **05 (cinco)** anos para arquivamento da documentação contábil e financeira relativa àquele exercício, conforme prevê o art. 2º das Normas para Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – **Portaria no 011/SEF, de 17, Out 95**. Esta Portaria prevê, ainda, que *a documentação correspondente aos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS etc) não poderá ser destruída, devendo ser arquivada em pastas próprias, com vistas a garantir a necessária comprovação futura dos recolhimentos efetuados e a resguardar os interesses dos respectivos contribuintes e do Comando do Exército.*

b. Irregulares

- Nada a considerar

2. Tomada de Contas Especial

- Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

1. Modificações de Rotinas de Trabalho

a. Execução Orçamentária

Empenho – Orientação sobre espécie de empenho

(Transcrição Mensagem SIAFI 2009/0806395, de 17 Julho 09 – CCont)

“Prezados Gestores,

Informamos que dentre as espécies de empenho, existe o TIPO 4 - "CANCELAMENTO DE EMPENHO POR FALTA DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA", que foi criado para atender ao disposto no artigo 42 da lei complementar 101, de 04/05/2000, que diz: "é vedado ao titular de poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito". A espécie de empenho citada deve ser utilizada exclusivamente para essa situação.

Quando a anulação for por outro motivo qualquer, deverá ser utilizada a espécie de empenho TIPO 3 – ANULAÇÃO DE EMPENHO.

Solicitamos a quem utilizou o tipo 4 indevidamente, que faça o estorno da anulação utilizando o TIPO 6 - "ESTORNO DO CANCELAMENTO DE EMPENHO POR FALTA DE DISP DE CAIXA", e realize novamente a anulação utilizando a espécie adequada - TIPO 3.

ATENCIOSAMENTE,
CCONT/STN"

Observação: tal procedimento se aplica aos **empenhos realizados diretamente no SIAFI**, para **modalidade não se aplica** (diárias, ajuda de custo etc...), por intermédio da transação >NE. Orientamos as UG que por ventura utilizaram o TIPO 4 – "CANCELAMENTO DE EMPENHO POR FALTA DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA" proceda os ajustes da seguinte forma: utilize o TIPO 6 – "ESTORNO DO CANCELAMENTO DE EMPENHO POR FALTA DE DISP DE CAIXA" e realize novamente a anulação utilizando a espécie TIPO 3 – ANULAÇÃO DE EMPENHO.

No SIASG o equivalente a este procedimento dar-se-á através da transação > ESTCANCEMP

O cancelamento de RP processado deverá ser realizado no SIAFI, transação >NE, TIPO 13 – OUTROS CANCELAMENTOS DE RP, nunca utilizar TIPO 14 – CANCELAMENTO DE RP POR INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

b. Execução Financeira

- Nada a considerar

c. Execução Contábil**1) Contas Contábeis**

a) Determinação do TCU - Receitas Arrecadadas - Recolhimento

(Transcrição Mensagem SIAFI 2009/0775561, de 09/07/09, da SEF)

DO: SUBSECRETARIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

1. POR SOLICITACAO DA DIRETORIA DE AUDITORIA, ESTA SECRETARIA RESOLVE DIFUNDIR AS UNIDADES GESTORAS (UG) DO COMANDO DO EXERCITO A DETERMINACAO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO (TCU), CONTIDA NO ACORDAO 1185/2009-PLENARIO, NA FORMA QUE SEGUE.

- SEJAM RECOLHIDAS AOS COFRES DA UNIAO AS RECEITAS ARRECADADAS NAS RESPECTIVAS ORGANIZACOES MILITARES, EM CUMPRIMENTO AO ART. 56 DA LEI 4.320/64.

2. NÃO OBSTANTE A RECOMENDAÇÃO ACIMA, ESTA SECRETARIA JULGA OPORTUNO RECOMENDAR AOS AGENTES DA ADMINISTRACAO DAS UG, A FIEL OBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS DESCRITOS NO "SUBITEM 4.3 MODULO DE RECEITA", DO MANUAL DE INSTRUCAO DO SISTEMA DE INFORMACOES GERENCIAIS E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTARIO-SIGA, ELABORADO PELA DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA-DGO, E DAS NORMAS ESTABELECIDAS NA PORTARIA Nº 017-SEF, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006, ALTERADA PELA PORTARIA Nº 022-SEF, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2008.

BRASILIA-DF, 09 DE JULHO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETARIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

b) Msg 011/2ª EC – Considerações Acerca dos Órgãos Provedores – Uso do SISCOFIS
(Transcrição Mensagem SIAFI 2009/0866847, de 31/07/09, da D CONT)

DO: DIRETOR DE CONTABILIDADE
AOS, SRS CHEFES DE INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXERCITO

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE CONSIDERACOES ACERCA DOS ORGAOS PROVEDORES E A UTILIZACAO DO SISCOFIS.

2. VISANDO A DIRIMIR POSSIVEIS QUESTIONAMENTOS ACERCA DA UTILIZACAO DOS MODULOS "OM" E "OP" DO SISCOFIS POR PARTE DAS UNIDADES GESTORAS, ESTA DIRETORIA ORIENTA QUE SOMENTE PODERAO UTILIZAR O MODULO "OP" AS UG ELENCADAS NO ART. 13, DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS RELATIVAS AO SUPRIMENTO (NARSUP), CONSTANTE DA SEPARATA NR 1, AO BE NR 27/02, DE 5 DE JULHO DE 2002 E A 13ª CIA DAM DA 3ª RM.

3. EM DECORRENCIA DO ACIMA EXPOSTO, AS UNIDADES QUE não INTEGREM O ROL DO ARTIGO SUPRACITADO DEVERAO FAZER A MOVIMENTACAO DE SEUS MATERIAIS CONSTANTES DE SEUS ESTOQUES DE DISTRIBUICAO (1.1.3.1.4.XX.XX) POR MEIO DO MODULO "OM" DO SISCOFIS, QUE POR CONSEQUINTE, SERA REGISTRADO EM SEU RELATORIO DE MOVIMENTACAO DE ALOMOXARIFADO (RMA).

4. PARA QUAISQUER DUVIDAS E ESCLARECIMENTOS A 2ª SECAO DESTA, DIRETORIA SE ENCONTRA A DISPOSICAO NOS TELEFONES (61) 3317-3454/3570, RITEX 850-3570 OU PELO ENDEREÇO ELETRONICO; DCONT SISPATR@SEF.EB.MIL.BR.

BRASILIA, DF, 31 DE JULHO DE 2009

GEN BDA PAULO CESAR SOUZA DE MIRANDA
DIRETOR DE CONTABILIDADE

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

c) Vinculação de Restrição Contábil as equações 103/114/115
(Transcrição Mensagem SIAFI 2009/0860993, de 30/07/09, da CCONT/STN)

PREZADO SENHOR.

INFORMAMOS QUE FORAM VINCULADAS RESTRICOES CONTABEIS AS SEGUINTE EQUACOES A PARTIR DO mês DE JULHO:

EQUACAO	RESTRICAO VINCULADA
103 – GRU A CLASSIFICAR	203 – SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT.PAS.CIRCUL.
114 – VALORES E RECEBER POR GRU	008 – SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANS. ATIVO CIRCULANT
115 – VALORES RECEBIDOS POR GRU	203 – SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT. PAS. CIRCUL.

ATENCIOSAMENTE
GEANC/CCONT/STN

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Patrimônio

- Nada a considerar

3) Custos

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

- Nada a considerar

e. Pessoal

1) UG com encargos de pagamento de Pensionistas Civis – Atualização de Pensão Civil (Transcrição Mensagem SIAFI 2009/0851757, de 28/07/09, do CPEX)

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE PROCEDIMENTOS DE ATUALIZACAO DE PENSÃO CIVIL.
2. INCUMBIU-ME O SR CHEFE DO CPEX DE INFORMAR A ESSA UG, QUE, AS SOLICITACOES DE ATUALIZACAO DE PENSÃO ENCAMINHADAS A ESTE CENTRO DEVERAO VIR COM AS RESPECTIVAS APOSTILAS DE REVISAO DE PENSÃO, ATUALIZADAS.
3. INFORMO-VOS, AINDA, QUE AS CITADAS APOSTILAS DE REVISAO DE PENSÃO DEVERAO SER EXPEDIDAS PELA DCIP E/OU, SIP DE VINCULACAO E PARA TAL FIM, PODERAO SER UTILIZADAS, COMO MODELO, AS PLANILHAS DISPONIVEIS NA PAGINA DA INTRANET DA DCIP, NA GUIA; SEÇÕES – PESSOAL CIVIL ASSUNTOS RELACIONADOS A SEÇÃO DE PESSOAL CIVIL – MODELO DE PLANILHAS PARA REGIÃO MILITAR.

BRASILIA, 28 DE JULHO DE 2009.

ROBERTO CARLOS MOREIRA SILVA – TC
ORDENADOR DE DESPESAS DO CPEX

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) UG com encargos de pagamento de Pensionistas Civis – Implantação de Pensão Civil (Transcrição Mensagem nº 2009/0851742, de 28/07/09, do CPEX)

1. VERSA A PRESENTE MENSAGEM SOBRE PROCEDIMENTOS DE IMPLANTACOES DE PENSÃO CIVIL.
2. INCUMBIU-ME O SR CHEFE DO CPEX DE INFORMAR A ESSA UG, QUE, A PARTIR DE 1º AGO 09, AS SOLICITAÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DE PENSÃO CIVIL QUE DEREM ENTRADA NESTE CENTRO DEVERÃO SEGUIR OS PROCEDIMENTOS ABAIXO:
 - A. REMETER A FICHA CADASTRO DO INSTITUIDOR E BENEFICIÁRIO DE PENSÃO (DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL), NA IMPOSSIBILIDADE DO DOCUMENTO ORIGINAL, ENVIAR COPIA AUTENTICADA, EM TODAS AS FOLHAS (LETRA E, DO NR 4, DO 7º VOLUME DAS NORMAS TÉCNICAS DA DCIP/2009);
 - B. PREENCHER OBRIGATORIAMENTE OS CAMPOS 03 A 06, 11 A 36, 39 E 40, E, QUANDO FOR O CASO, OS CAMPOS 45 A 66 DA FICHA CADASTRO DO BENEFICIÁRIO. NA FICHA CADASTRO DO INSTITUIDOR OS CAMPOS 03 A 15, 18 A 22, 29 A 45 E 46 A 49;
 - C. VERIFICAR A ASSINATURA DO OD OU CHEFE DA SIP E DO BENEFICIÁRIO;
 - D. UTILIZAR LETRA LEGÍVEL PARA AS FICHAS PREENCHIDAS MANUALMENTE
 - E. VERIFICAR O PREENCHIMENTO OBRIGATORIO DOS CAMPOS 21 A 21 E (DADOS DO TÍTULO ELEITORAL), DA FICHA CADASTRO DO BENEFICIÁRIO ENCONTRADA NA PÁGINA DA INTRANET DO CPEX. E
 - F. REMETER O TÍTULO DE PENSÃO ATUALIZADO, CONCEDIDO PELA DCIP E/OU SIP.
3. O CPEX REITERA AS ORIENTAÇÕES CONTIDAS NAS MSG SIAFI 2009/623141 E 2009/623150, JUN 09, AO QUE SE REFERE O CORRETO PREENCHIMENTO DO CAMPO 33 DA FICHA CADASTRO DE BENEFICIÁRIO, PARA ÓBITOS DE INSTITUIDORES OCORRIDOS APÓS 20 FEV 04, AS PENSÕES FUNDAMENTADAS NA EC 41/2003, DEVERÃO SER INCLuíDAS NO SIAPE COM O TIPO DE PENSÃO 51.
4. INFORMO, AINDA, QUE AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS ENVIADAS POR INTERMÉDIO DE CAPEADORES DEVERÃO CONTER NO VERSO AS JUSTIFICATIVAS DAS SOLICITAÇÕES DE FORMA CLARA, PRECISA, COM CHANCELA E ASSINATURA DO OD E O BOLETIM INTERNO QUE GEROU O DIREITO.

BRASÍLIA, 28 DE JULHO DE 2009.

ROBERTO CARLOS MOREIRA SILVA – TC
ORDENADORES DE DESPESAS DO CPEX

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Apuração de Irregularidade Administrativa

- Informo-vos a todos os OD e aos Agentes da Administração das UG vinculadas a esta Inspeção, que, encontra-se disponível para consultas e orientações a cerca de apuração de irregularidade administrativa, o Parecer 048/AJ/SEF, de 13 AGO 09, anexo ao Of nº 290-Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 13 AGO 09. O assunto em epígrafe encontra-se disponível na íntegra no sítio da (A1/SEF), no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios>.

4) Adicional de habilitação para Sargento possuidor do Curso de Técnico de Enfermagem

- O assunto em epígrafe encontra-se no Of nº 293-Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 12 AGO 09, disponível na íntegra no sítio da Assessoria 1 da Secretaria de Economia e Finanças (A1/SEF), no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios>.

f. Controle Interno**- Controles Internos Administrativos – Impropropriedades****(Transcrição da Mensagem SIAFI nº 2009/0944385 de 20/08/09)****(Transcrição da Mensagem SIAFI nº 2009/094397 de 20/08/09, todas da SEF).**

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES CHEFES DE ICFEX

REF: A. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 - SFC, DE 06 DE ABRIL DE 2001 (DEFINE DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CONCEITOS E APROVA NORMAS TÉCNICAS PARA A ATUAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL);

B. PORTARIA Nº 004-SEF, DE 30 DE AGOSTO DE 2000 (APROVA AS NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA DAS ICFEX);

C. PORTARIA Nº 050, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003, DO COMANDANTE DO EXÉRCITO - APROVA O REGULAMENTO DAS ICFEX (R-29);

D. INSTRUÇÕES PROVISÓRIAS DE ANÁLISE DE MELHORIA DE PROCESSOS;

E. MSG SIAFI 2007/1705176, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007, DA SEF (CONFORMIDADE DOS REGISTROS DE GESTÃO);

F. INSTRUÇÕES PROVISÓRIAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO ORGANIZACIONAL;

G. MSG SIAFI 2007/1468855, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2007, DA SEF (IMPROPRIEDADES E IRREGULARIDADES);

H. OBJETIVO ESTRATÉGICO (OE) Nº 12, DO PLANO DE GESTÃO DA SEF;

I. GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS - ESTRUTURA INTEGRADA/ COSO (THE COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION);

J. DIRETRIZ DE CONTROLE INTERNO DO SR SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS; E

K. PRECEITOS PARA OS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO.

1. TENDO EM VISTA QUE AS IMPROPRIEDADES FREQUENTEMENTE DETECTADAS NAS UG SÃO FRUTO DA FALHA DE APLICAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS, ESTA SECRETARIA RESOLVEU ABORDAR OS ASPECTOS QUE SE SEGUEM.

A. CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS É O CONJUNTO DE ATIVIDADES, PLANOS, ROTINAS, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS INTERLIGADOS, ESTABELECIDOS COM VISTAS A ASSEGURAR QUE OS OBJETIVOS DAS UNIDADES E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEJAM ALCANÇADOS, DE FORMA CONFIÁVEL E CONCRETA, EVIDENCIANDO EVENTUAIS DESVIOS AO LONGO DA GESTÃO, ATÉ A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS FIXADOS PELO PODER PÚBLICO.

B. O OBJETIVO GERAL DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS É EVITAR A OCORRÊNCIA DE IMPROPRIEDADES E IRREGULARIDADES, POR MEIO DE PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS PRÓPRIOS, DESTACANDO-SE ENTRE OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS A SEREM ATINGIDOS, OS SEGUINTE:

- OBSERVAR E ASSEGURAR A ADERÊNCIA ÀS NORMAS;
- ASSEGURAR A EXATIDÃO, CONFIABILIDADE E INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES;
- EVITAR ERROS, DISPERDÍCIOS, ABUSOS, PRÁTICAS ANTIECONÔMICAS E FRAUDES;
- PROPORCIONAR INFORMAÇÕES OPORTUNAS E CONFIÁVEIS;
- SALVAGUARDAR ATIVOS FINANCEIROS E FÍSICOS QUANTO A BOA E REGULAR UTILIZAÇÃO E QUANTO A LEGITIMIDADE DO PASSIVO; E
- PERMITIR A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS, ATIVIDADES, SISTEMAS E OPERAÇÕES.

C. PARA ATINGIR SEUS OBJETIVOS, OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS UTILIZAM OS PRINCÍPIOS QUE SE SEGUEM:

- RELAÇÃO CUSTO/BENEFÍCIO: O CUSTO DE CONTROLE NÃO DEVE EXCEDER OS BENEFÍCIOS QUE DELE SE ESPERAM;
- QUALIFICAÇÃO, TREINAMENTO E RODÍZIO DE PESSOAL: SELEÇÃO E TREINAMENTOS CRITERIOSOS; RODÍZIO DE FUNÇÕES DE MODO QUE HAJA UM EQUILÍBRIO ENTRE OS OPOSTOS DO DILEMA EXPERIÊNCIA X DEMASIADO TEMPO NA FUNÇÃO E OBRIGATORIEDADE DE GOZO DE FÉRIAS REGULAMENTARES (PRECEITO Nº 4);
- DELEGAÇÃO E DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES;
- SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES: SEPARAÇÃO DAS FUNÇÕES DE APROVAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE EXECUÇÃO, CONTROLE E CONTABILIZAÇÃO (PRECEITO Nº 2);
- INSTRUÇÕES DEVIDAMENTE FORMALIZADAS;
- CONTROLE SOBRE TRANSAÇÕES: ACOMPANHAMENTO DOS FATOS CONTÁBEIS, FINANCEIROS E OPERACIONAIS (PRECEITO Nº 3); E
- ADERÊNCIA ÀS DIRETRIZES E NORMAS LEGAIS (PRECEITOS Nº 6 E 7).

D. OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DEVEM:

- TER CARÁTER PREVENTIVO;
- ESTAR VOLTADOS PARA EVENTUAIS DESVIOS;
- PREVALECER COMO INSTRUMENTOS AUXILIARES DE GESTÃO; E
- SER DIRECIONADOS PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS DE GESTÃO.

2. OS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) DEVEM OBSERVAR QUE QUANTO MAIOR O GRAU DE ADEQUAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS, MENOR A VULNERABILIDADE AOS RISCOS INERENTES DA GESTÃO.

3. CONSIDERANDO O OBJETIVO ESTRATÉGICO 12, DO PLANO DE GESTÃO DA SEF -"APRIMORAR A GESTÃO DE CONTROLE INTERNO", A TÍTULO DE EXEMPLO, SEGUEM ABAIXO ALGUNS TIPOS DE CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS:

A. PREVENTIVOS: PLANO DE COMBATE A INCÊNDIOS;

B. DETECTIVOS: SISTEMA DE ALARME;

C. CORRETIVOS: RELATÓRIOS DE DISCREPÂNCIA;

D. LÓGICOS IMPLEMENTADOS POR PESSOAS OU SISTEMAS INFORMATIZADOS: ATO DE APROVAÇÃO (EX: LANÇAMENTO NO FAP DIGITAL CODOM CPEX DOS VALORES DO AUXÍLIO TRANSPORTE SUPERIORES A R\$ 450,00);

E. TÉCNICOS - INCORPORADOS AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS: DÍGITO VERIFICADOR;

F. VERTICAIS - SEGUEM AS LINHAS VERTICAIS DA ESTRUTURA HIERÁRQUICA: SUPERVISÃO;

G. HORIZONTAIS - SEGUEM O FLUXO TRANSVERSAL EM RELAÇÃO AOS CONTROLES VERTICAIS: TOTAIS DE CONTROLE; E

H. ADMINISTRATIVOS - VISAM À EFICIÊNCIA OPERACIONAL E ADERÊNCIA ÀS NORMAS: ATO DE APROVAÇÃO (EX: EXIGÊNCIA DO Nº DO BI DO CMDO MIL ÁREA PARA SAQUE DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO, EXISTÊNCIA DE NGA, REGIMENTO INTERNO, ETC).

4. POR FIM, ESTA SECRETARIA RECOMENDA QUE OS ORDENADORES DE DESPESAS DEVEM MONITORAR OS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS EM EXECUÇÃO NA SUA UG, PRINCIPALMENTE OS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO DE INTERESSE DA SEF (NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL E DE CONTROLE INTERNO), BEM COMO AQUELES DIRETAMENTE LIGADOS À FINALIDADE DA UG, PREVISTA PARA REGISTRO NO ITEM 1.13 DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ANUAL - TCA, CONFORME ORIENTAÇÕES ANUALMENTE EXPEDIDAS PELA DIRETORIA DE AUDITORIA (D AUD)- PRECEITO Nº 5.

5. AS ICFEX DEVERÃO TRANSCREVER INTEGRALMENTE A PRESENTE MENSAGEM EM SEUS BOLETINS INFORMATIVOS.

BRASÍLIA - DF, 19 DE AGOSTO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

g. Visita de Auditoria

- Nada a considerar

h. Convênios

- Nada a considerar

2. Recomendações sobre Prazos

- Nada a considerar

3. Soluções de Consultas

a. Adicional de Tempo de Serviço

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	Of nº 298 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 17 AGO 09 e Parecer 052/AJ/SEF, de 17 ago 09, anexo.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Consulta versando sobre adicional de tempo de serviço	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada na íntegra no endereço: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios	

b. Auxílio-invalidez

UG de Origem	Documento de Resposta
7ª ICFEx	Of nº 301 – Asse Jur – 09 (A/1-SEF), de 19 AGO 09.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Consulta versando sobre suspensão de auxílio-invalidez.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada na íntegra no endereço: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios	

c. Escrituração Pública de Inventário Extrajudicial

UG de Origem	Documento de Resposta
DGP	Of nº 289 – Asse Jur – 09 (A/1-SEF), de 11 AGO 09.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Consulta formulada pelo DGP, a cerca de escrituração pública de inventário extrajudicial.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada na íntegra no endereço: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios	

d. Prejuízo ao Erário - pagamentos indevidos – apuração – erro não escusável

UG de Origem	Documento de Resposta
5ª ICFEx	Of nº 236 – Asse Jur – 09 (A/1-SEF), de 3 jul 09.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Prejuízo ao Erário - Pagamentos Indevidos – Apuração - Erro NÃO escusável - Agente da Administração – Responsabilidade Civil - Indenização.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada no “B” ao presente BINFO.	

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para às Unidades Gestoras (UG).

a. Legislação e Atos Normativos

ASSUNTO	Onde Encontrar	Obs
RECEITA PÚBLICA: - Portaria Conjunta/STN-MF e SOF-MP nº 1, de 30.06.2009 - altera o Anexo VIII do Manual de Receita Nacional, aprovado pela Portaria Conjunta/STN-MF e SOF-MP nº 3, de 14.10.2008.	DOU de 02.07.2009, S.1, ps. 18 a 48)	Tomar conhecimento
PESSOAL: - Orientação Normativa/SRH-MP nº 2, de 17.07.2009 - estabelece orientação aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal quanto à remuneração de professor substituto, de que trata a Lei nº 8.745, de 09.12.1993	DOU de 20.07.2009, S.1, p. 80	Tomar conhecimento
NEPOTISMO: - Decreto nº 6.906, de 21.07.2009 - estabelece a obrigatoriedade de prestação de informações sobre vínculos familiares pelos agentes públicos que especifica.	DOU de 22.07.2009, S.1, ps. 1 e 2	Tomar conhecimento
PROCESSO ADMINISTRATIVO: - Lei nº 12.008, de 29.07.2009 - altera os Arts. 1.211- A, 1.211-B e 1.211- C da Lei nº 5.869, de 11.01.1973 (Código de Processo Civil), e acrescenta o art. 69-A a Lei nº 9.784, de 29.01.1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estender a prioridade na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos às pessoas que especifica (com idade igual ou superior a 60 anos, ou portadoras de doença grave).	DOU de 30.07.2009, S.1, p. 4	Tomar conhecimento
Port nº 566-Cmt Ex, de 13/08/09 - Aprovou as novas Instruções Gerais para Perícias Médicas no Exército - IGPMEEx (IG 30-11).	O BE nº 32/09, de 14 AGO 09	Tomar conhecimento

b. Orientações aos Agentes da Administração**1) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)****(Transcrição Mensagem SIAFI 2009/0940160, de 19 AGO 09, da SEF)**

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES CHEFES DE ICFEX

1. COM O PROPÓSITO DE ORIENTAR ESSA SETORIAL CONTÁBIL, INFORMO QUE FOI PUBLICADA NA SEÇÃO 1, PÁGINA 23, DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) Nº 151, DE 10 DE AGOSTO DE 2009, A PORTARIA/STN-MF Nº 462, DE 05 DE AGOSTO DE 2009, QUE APROVA A 2ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS, TENDO SEUS EFEITOS APLICADOS A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2010, REVOGANDO-SE, A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2010, A PORTARIA Nº 577, DE 15 DE OUTUBRO DE 2008, DA STN.

2. INFORMO, AINDA, QUE O ARQUIVO DIGITAL DA PORTARIA/STN-MF Nº 462 SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO SÍTIO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, DE ACESSO PÚBLICO, POR MEIO DO SEGUINTE ENDEREÇO DE INTERNET:

[HTTP://WWW.TESOURO.FAZENDA.GOV.BR/LEGISLACAO/LEG_CONTABILIDADE.ASP](http://WWW.TESOURO.FAZENDA.GOV.BR/LEGISLACAO/LEG_CONTABILIDADE.ASP)

BRASÍLIA - DF, 19 DE AGOSTO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes

2) Balanço Patrimonial Digital**(Transcrição Mensagem SIASG 053320, de 02/07/09, da DLSG/SIASG)**

SENHORES DIRIGENTES.

INFORMAMOS QUE A EXIGENCIA DE AUTENTICACAO DO BALANCO PATRIMONIAL PELA JUNTA COMERCIAL CONTINUA EM VIGOR, INDEPENDENTEMENTE DE SUA FORMA (TRADICIONAL OU DIGITAL).

SALIENTAMOS QUE, NO CASO DE BALANCO PATRIMONIAL DIGITAL, EXISTE PREVISAO DE QUE A REFERIDA AUTENTICACAO SEJA REALIZADA POR MEIO DO SISTEMA PUBLICO DE ESCRITURACAO DIGITAL-SPED, INFORMACOES ADICIONAIS PODEM SER OBTIDAS WWW.RECEITA.FAZENDA.GOV.BR, NO ICONE SPED/SPED CONTABIL COMO FUNCIONA.

DESSA FORMA, NO RECEBIMENTO DE BALANCOS PATRIMONIAIS DE EMPRESAS QUE UTILIZAM A ESCRITURACAO DIGITAL – EDC, RECOMENDAMOS QUE AS UNIDADES CADASTRADORAS FACAM DUAS EXIGENCIAS;

1. BALANCO PATRIMONIAL:

- A) IMPRESSO E ASSINADO PELO CONTADOR RESPONSÁVEL OU
- B) EM ARQUIVO DIGITAL, PARA AS UNIDADES CADASTRADORAS QUE POSSUÍM DISPOSITIVO USB.E

2. AUTENTICACAO DO BALANCO PELA JUNTA COMERCIAL:

- A) TRADICIONAL OU
- B) PROVA DE QUE AUTENTICACAO PELA JUNTA COMERCIAL FOI REALIZADA PELO SPED,

ATC SUSTENTACAO NORMATIVA
DLSG/SLTI-MP

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes

3) Empenho – SISCUSTOS**(Transcrição da Mensagem SIAFI 2009/0922688, de 14/08/09, da 7ª ICFEx)**

DO CHEFE DA 7ª ICFEX

AO SR ORDENADOR DE DESPESAS

1. VERSA O PRESENTE EXPEDIENTE SOBRE O SISTEMA GERENCIAL DE CUSTOS - SISCUSTOS.
2. INFORMO-VOS A SEGUIR OS PROCEDIMENTOS QUE DEVERÃO SER OBSERVADOS POR ESSA UG, QUANDO DA LIQUIDAÇÃO DE AJUDA DE CUSTO E INDENIZAÇÃO BAGAGEM/PASSAGEM:
 - A. O CC 99007-AJUDA DE CUSTO E INDENIZAÇÃO BAGAGEM/PASSAGEM SERÁ UTILIZADO NA LIQUIDAÇÃO NO SIAFI PARA OS MILITARES TRANSFERIDOS, LEMBRANDO QUE, NA TELA DE "DADOS CONTÁBEIS", NO CAMPO "UG BENEFICIADA", SERÁ PREENCHIDO COM O CÓDIGO DE UG PARA A QUAL O MILITAR ESTÁ SENDO TRANSFERIDO. ESSES VALORES SERÃO RATEADOS POR TODOS OS CENTROS DA NOVA OM DO MILITAR;
 - B. EM RELAÇÃO AO PAGAMENTO DA AJUDA DE CUSTO PARA OS MILITARES EM REALIZAÇÃO DE CURSOS NÃO SERÁ REALIZADO O MESMO PROCEDIMENTO. A DIRETORIA DE CONTABILIDADE ORIENTA NO SENTIDO DE QUE ESSE GASTO DEVE SER CLASSIFICADO COMO CUSTO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO RESPONSÁVEL PELO CURSO. DESSE MODO, NO MOMENTO DA LIQUIDAÇÃO NO SIAFI, DEVE SER UTILIZADO O CC ESPECÍFICO DO CURSO NA OM ONDE ELE SE REALIZA. PARA MELHOR ESCLARECIMENTO, SEGUE O SEGUINTE EXEMPLO: O 2º SGT JOSÉ DO XX BTL INF BLD PASSANDO A DISPOSIÇÃO DECEX PARA REALIZAÇÃO DO CAS INF NA EASA. NO MOMENTO DO PAGAMENTO DA AJUDA DE CUSTO DO 2º SGT JOSÉ, DEVERÁ SER LIQUIDADO PARA O CC 01801 - CAS DE INFANTARIA DA EASA (CODUG-160531);
 - C. O PROCEDIMENTO DA LETRA "B" SERÁ REALIZADO PARA OS DEMAIS CURSOS REALIZADOS PELO EXÉRCITO, GUARDADAS AS DEVIDAS ESPECIFICIDADES.

3. EM CASO DE DÚVIDAS, CONTACTAR ESTA ICFEX.

RECIFE-PE, 13 DE AGOSTO DE 2009

RUBENS MARTINS NETO - TEN CEL
CHEFE 7ª ICFEX
(WWW.7ICFEX.EB.MIL.BR).**4) Alteração Manual SIAFIWEB - Macrofunção 021121-Suprimento de Fundos****(Transcrição Mensagem SIAFI 2009/0828757, de 22/07/09, da CCONT/STN)**

PREZADOS.

INFORMAMOS QUE FORAM EFETUADAS ALTERACOES NO MANUAL SIAFIWEB, MACROFUNÇÃO 021121-SUPRIMENTO DE FUNDOS.

FORAM INCLUIDOS OS SEGUINTE ITENS;

- NECESSIDADE DE INFORMAR O CPF DO SUPRIDO NA DEDUCAO BBCT-ITENS 16.5.1.9. 16.6.1.9
- ITENS 16.5.1.13 E 16.6.3 SOBRE A UTILIZACAO DA DEDUCAO BBRP E ITENS 16.5.1.14 E 16.6.4 DA BBCT, QUANDO O DOCUMENTO HABIL ESTIVER COM TODAS AS LINHAS PREENCHIMENTOS NA TELA DE DEDUCOES.
- REGULARIZACAO DA CONTA 112680000 NOS ITENS 16.6.9 E 16.6.9.1.

ATENCIOSAMENTE,
GEAAC/CCONTN

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes

**5) Início das Atividades de Certificação Digital dos Usuários SIASG
(Transcrição Mensagem SIASG 053501, de 13/07/09, da DLSG/SIASG)**

DATA DE INÍCIO DA SOLICITACAO DO CERTIFICADO, PELOS USUARIOS, EM AMBITO NACIONAL, A PARTIR DE 10 DE JULHO DE 2009;

A CERTIFICACAO DEVERA SER FEITA PARA TODOS OS USUARIOS DO SIASG QUE UTILIZAM O REFERIDO SISTEMA E, QUE POSSUAM LOGIN E SENHA NO SISTEMA SENHA REDE PARA ACESSO AO SIASG E COMPRASNET. PREGOEIRO E ORDENADORES DE DESPESAS QUE JA FORAM CERTIFICADOS, POSSUEM O TOKEN, PADRAO A3, NAO DEVERAO SOLICITAR OUTRA CERTIFICACAO. INFORMAMOS AINDA QUE OS USUARIOS DO SCDP TAMBEM FARAO CERTIFICACOES ATRAVES DO PROCESSO;

OS USUARIOS DEVERAO SOLICITAR OS CERTIFICADOS COM O PREENCHIMENTO DE FORMULARIO PARA TAL FIM, ATRAVES DO COMPRASNET, NO ACESSO SEGURO SIASG, NO MENU CERTIFICACAO DIGITAL. OS USUARIOS DO SCDP DEVERAO SOLICITAR OS SEUS CERTIFICADOS ATRAVES DA COMUNIDADE SCDP (COMUNIDADE.(COMUNIDADE.SCDP@SERPRO.GOV.BR) QUE TOMARA AS PROVIDENCIAS NECESSARIAS PARA PREENCHIMENTO DO FORMULARIO;

O CADASTRAMENTO DO USUARIO PARA FINS DE CERTIFICACAO DEVERA SER REALIZADO COM ANUENCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE DE CADA ORGAO;

A PARTIR DO CADASTRAMENTO NO NOVO SISTEMA, O USUARIO RECEBERA CONTATO DO AGENT CERTIFICADOR PARA REALIZACAO DO AGENDAMENTO. POSTERIORMENTE O USUARIO RECEBERA E-MAIL COM A CONFIRMACAO DO LOCAL, DATA E HORARIO DA CERTIFICACAO.

MAIORES INFORMACOES PODERAO SER ENCONTRADAS NO BANNER DA CERTIFICACAO DIGITAL NO COMPRASNET.

A CERTIFICACAO DIGITAL COM A EMISSAO DE CERTIFICADOS E UM PROCEDIMENTO DERIVADO DO PROJETO DE CERTIFICACAO DIGITAL NOS SISTEMAS DE GESTAO GOVERNAMENTAL, PROGRAMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS – 0798, PARTE INTEGRANTE DO PROGRAMA DE GOVERNO ELETRONICO 8002/PPA PROGRAMA GOVERNO ELETRONICO – 8002.

O PROGRAMA GOVERNO ELETRONICO E COMPOSTO POR ACOES NA AREA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO QUE BUSCAM RACIONALIZAR A GESTAO DOS RECURSOS DE INFORMACAO E INFORMATICA DE ORGAOS E ENTIDADES DO GOVERNO FEDERAL, PARA, COM ISSO, APOIAR A OFERTA DE SERVICOS E INFORMACOES POR MEIOS ELETRONICOS AOS CIDADOS.

NESSE CONTEXTO DE ATUACAO, A SECRETARIA DE LOGISTICA E TECNOLOGIA DA INFORMACAO – SLTI/MPOG, EXERCE AS ATRIBUICOES DE SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITE EXECUTIVO DE GOVERNO ELETRONICO.

COMO ORGAO CENTRAL DO SISTEMA DE SERVICOS GERAIS 0- SISG, A SLTI MPOG TEM DENTRE AS SUAS ATRIBUICOES O APERFEICOAMENTO DAS NORMAS, PROCEDIMENTOS E SISTEMAS DE INFORMACAO QUE SUPTAM A OPERACIONALIZACAO DAS COMPRAS E CONTRATACOES GOVERNAMENTAIS, NO QUE DESTACAMOS O AUMENTO DA UTILIZACAO DO PREGAO ELETRONICO COM IMPACTO EXPRESSIVO NA REDUCAO DOS PRECOS PAGOS PELA ADMINISTRACAO.

ATENCIOSAMENTE,

CLEBER BUENO
GERENTE DE PROJETO

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**6) Novo Tratamento para a Campo Inscrição 02 nas Situações/Deduções
(Transcrição Mensagem SIAFI 2009/0793527, de 14/07/09, da CCONT/STN)**

A COORDENACAO-GERAL DE CONTABILIDADE-CCONT, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN, INFORMA A TODAS AS UG QUE ENTROU NO AR UMA FUNCIONALIDADE QUE POSSIBILITA O TRATAMENTO DOS DADOS INFORMADOS NO CAMPO INSCRICAO 2 DAS TELAS CPR DE DADOS BASICOS, DEDUCOES (OB, GRU) E ENCARGOS PARA SITUACOES, DEDUCOES E ENCARGOS QUE POSSUAM O TIPO DE CONTA-CORRENTE CNPJ, UG, IG OU 999 NA INSCRICAO 2 DO EVENTO 52.1.XXX.

CASO A UG PREENCHAM O REFERIDO CAMPO A CONTA DE OBRIGACAO ASSUMIRA ESSA INFORMACAO PARA EFEITO DE FORMATAcao DO CONTA-CORRENTE.

CASO A UG NAO INFORME NADA NO CAMPO INSCRICAO 2 DE CADA TELA O SISTEMA BUSCARA OS DADOS DO CAMPO CREDOR/DEVEDOR DO DOCUMENTO HABIL NA TELA DE DADOS BASICOS PARA CASOS DE SITUACOES, OU SEJA, DO FAVORECIDO DO EMPENHO, OU CREDORDEVEDOR DA JANELA DOS PRE-DOC OB/GRU.

ATENTEM-SE AOS PROCEDIMENTOS ACIMA DESCRITOS PRINCIPALMENTE PARA A DEDUCAO BBCT, AQUELES QUE APROPRIARAM A REFERIDA DEDUCAO (BBCT) E NAO INFORMARAM O CAMPO INSCRICAO 2 DO PRE-DOC OB O CPF DO SUPRIDO FAVOR CANCELAR A DEDUCAO E REINFORMA-LA CONFORME AS ORIENTACOES CONTIDAS NESTA MENSAGEM COMUNICA.

ATENCIOSAMENTE CCONT/STN

Em conseqüência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

7) Portal Guardião do Saber

1) O assunto em epigrafe foi encaminhado a esta Inspeção através do Of nº 474/DD.03, de 05 AGO 09. Para acessar o Portal e realizar as consultas da legislação, basta clicar no ícone do Guardião do Saber na página da ECEME, no endereço eletrônico: (www.eceme.ensino.eb.mil/).

2) Esclarecimentos adicionais poderão ser prestados pelo Cel R/1 ARIEL MARTIM DE OLIVIERA E SILVA JUNIOR por intermédio do telefone (021) 3873-3800 ramal 2316 ou pelo e-mail: guardiaodosaber@eceme.ensino.eb.br.

Em conseqüência, os senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

8) Retenção Tributária

Cumprindo a orientação contida no item 3 do Of nº 064-A/2-Circular , de 19 AGO 09, esta chefia orienta as UG vinculadas que, o assunto em epigrafe (Estudo técnico-normativo), anexo ao presente ofício, deverá ser consultado no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria2/INDEX.htm>.

Em conseqüência, os senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

9) Normas de Contabilidade**(Transcrição Mensagem SIAFI 2009/0940213, de 19 AGO 09, da SEF)**

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES CHEFES DE ICFEX

1. COM O PROPÓSITO DE ORIENTAR ESSA SETORIAL SOBRE AS DIRETRIZES GERAIS E O ESTABELECIMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, ESTA SECRETARIA INFORMA QUE FORAM PUBLICADAS NA SEÇÃO 1, PÁGINAS 20 A 23, DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) Nº 151, DE 10 DE AGOSTO DE 2009, AS PORTARIAS QUE SE SEGUEM:

A. PORTARIA CONJUNTA/STN-MF E SOF/MP Nº 2, DE 06 DE AGOSTO DE 2009, QUE APROVA O VOLUME I - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS DA 2ª EDIÇÃO DO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP), O QUAL SERÁ DISPONIBILIZADO NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS ABAIXO:

[HTTP://WWW.TESOURO.FAZENDA.GOV.BR](http://WWW.TESOURO.FAZENDA.GOV.BR)

[HTTP://WWW.PORTALSOF.PLANEJAMENTO.GOV.BR](http://WWW.PORTALSOF.PLANEJAMENTO.GOV.BR)

B. PORTARIA/STN Nº 467, DE 06 DE AGOSTO DE 2009, QUE APROVAOS VOLUMES II - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS, III - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS E IV - PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP), DA 2ª EDIÇÃO DO MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR (MCASP), CUJA VERSÃO ELETRÔNICA, SEGUNDO A SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, SERÁ DISPONIBILIZADA NO SEGUINTE ENDEREÇO:

[HTTP://WWW.TESOURO.FAZENDA.GOV.BR/LEGISLACAO/LEG_CONTABILIDADE.ASP](http://WWW.TESOURO.FAZENDA.GOV.BR/LEGISLACAO/LEG_CONTABILIDADE.ASP)

2. ESTA SECRETARIA INFORMA, AINDA, QUE OS PROCEDIMENTOS DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL CONSTANTES DO VOLUME I - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS, DEVEM SER ADOTADOS DE FORMA FACULTATIVA, A PARTIR DE 2010 E, DE FORMA OBRIGATÓRIA, A PARTIR DE 2011, PELA UNIÃO, DE 2012 PELOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL E DE 2013 PELOS MUNICÍPIOS. TODOS OS VOLUMES APROVADOS PELA PORTARIA/STN Nº 467 DEVERÃO SER UTILIZADOS PELOS ENTES, DE FORMA FACULTATIVA, A PARTIR DE 2010 E, DE FORMA OBRIGATÓRIA, A PARTIR DE 2011 PELA UNIÃO, DE 2012 PELOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL E DE 2013 PELOS MUNICÍPIOS.

BRASÍLIA - DF, 19 DE AGOSTO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, os senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

c. Mensagens COMUNICA:

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2009/0861300	7ª ICFEx	MSG para as UG com encargos de pagamento Pens. Cíveis
SIAFI 2009/0861307	7ª ICFEx	UG com encargos de pagamento Pessoal Cíveis (Complementação)
SIAFI 2009/0872457	7ª ICFEx	UG com encargos de pagamento Pessoal Cíveis
SIAFI 2009/0872483	7ª ICFEx	MACROFUNÇÃO 02.03.07 – Disponibilização na WEB
SIAFI 2009/0872236	7ª ICFEx	Implantação do EV no Subsistema SIAPES
SIAFI 2009/0872300	7ª ICFEx	Continuação da MSG Nº 2009/0872236, de 30 JUL 09.
SIAFI 2009/0888053	7ª ICFEx	Alteração do Manual SIAFI DA WEB
SIAFI 2009/0888074	7ª ICFEx	CONCONTIR – Equação 097
SIAFI 2009/0888105	7ª ICFEx	Publicação “Licitações e Contratos” do TCU (ERRATA)
SIAFI 2009/0888141	7ª ICFEx	Prestação de Contas (Arquivo de Documentos)
SIAFI 2009/0900496	7ª ICFEx	Cnpj (Alteração de Responsável)
SIAFI 2009/0900817	7ª ICFEx	Restos a Pagar 2008
SIAFI 2009/0900588	7ª ICFEx	Portal de Transparência da AGU (Informações de UG)
SIAFI 2009/0900630	7ª ICFEx	Considerações acerca dos Órgãos Provedores
SIAFI 2009/0918244	7ª ICFEx	Cadastro Único de Convênio - CAUC
SIAFI 2009/0918274	7ª ICFEx	Devolução de Recursos de Convênios no Exercício
SIAFI 2009/0918299	7ª ICFEx	Inconsistência Bancária por Alteração de Agência
SIAFI 2009/0922688	7ª ICFEx	SISCUSTO
SIAFI 2009/0935486	7ª ICFEx	Unidade de Serviço Médico (USM)
SIAFI 2009/0939573	7ª ICFEx	Inconsistência Contábil (Regularização) “UU”
SIAFI 2009/0940160	SEF	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
SIAFI 2009/0940213	SEF	Normas de Contabilidade
SIAFI 2009/0945155	7ª ICFEx	Unificação Patrimonial
SIAFI 2009/0945155	7ª ICFEx	Unificação Patrimonial
SIAFI 2009/0945160	7ª ICFEx	Nota Informativa Nº 343/2009 - Retransmissão
SIAFI 2009/0945247	7ª ICFEx	Pedido de Informação
SIAFI 2009/0945430	7ª ICFEx	Recomendações do TCU
SIAFI 2009/0945450	7ª ICFEx	Saldo alongado na Conta Limite de Saque
SIAFI 2009/0945468	7ª ICFEx	Continuação da MSG SIAFI 2009/0945430, de 20/08/09
SIAFI 2009/0945535	7ª ICFEx	Recomendações TCU – A/2 - SEF
SIAFI 2009/0945594	7ª ICFEx	Continuação da MSG SIAFI 2009/0945535, de 20/08/09.
SIAFI 2009/0945623	7ª ICFEx	Recomendações TCU – A/2 - SEF
SIAFI 2009/0951974	GEANC/CCNT/STN	Registro Conformidade Balanço Geral da União
SIAFI 2009/0967913	7ª ICFEx	Retenção Tributária

Obs: Os documentos acima relacionados devem estar arquivados em ordem cronológica, com o visto do OD e do Chefe da Seção interessada.

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

ANIVERSÁRIO DE OM

Esta chefia e os integrantes da 7ª ICFEx cumprimentam e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional aos Ordenadores de Despesas (OD) e integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorreram ou transcorrerão nos meses de setembro de 2009:

UG	LOCALIZAÇÃO	DATA
Sem Alteração		

Informações do tipo “Você sabia ...?”

1. que, as receitas arrecadadas nas Organizações Militares devem ser recolhidas aos cofres da União ?
2. que, não obstante a recomendação acima, a SEF julga oportuno recomendar aos Agt Adm das UG, a fiel observância dos procedimentos descritos no "Subitem 4.3. Módulo de receita", do manual de instrução do SIGA, elaborado pela DGO, e das normas estabelecidas na Port nº 017-SEF, de 25 out 06, alterada pela Port. nº 022-SEF, de 7 NOV 08?
(MSG SIAFI nº 2009/0775561, SEF-Gestor, de 09 jul 09, enviada a todos OD)
3. que, em atendimento a lei nº 11.441/07 o CPEx criou o novo código ZJA para o lançamento da pensão alimentícia extrajudicial devendo a UG atualizar o FAP digital (atualização nº 4)?
4. que, encontra-se disponível na intranet do CPEx (legislação/manuais) o novo manual referente a pensão alimentícia judicial e extrajudicial ?
(Msg SIAFI nº 2009/0800141 – SEF GESTOR, de 15 jul 09)
5. que, desde 2004, as liquidações de material permanente no SIAFI devem ser realizadas com a situação “Q65” em lugar da situação “P11”; (Nota da SCont)
6. que, a Msg SIASG nº 053318, de 29/06/09, que trata sobre Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Diligências aos Atestados Capacidade Técnica, informou que diversas empresas prestadoras de serviços terceirizados estão sendo investigadas pela Polícia Federal por suspeitas de fraudes trabalhistas, como recolhimento do FGTS dos trabalhadores e demais obrigações trabalhistas, bem como elenca um série de empresas suspeitas de terem emitido Atestados de Capacidade Técnica falsos. Assim sendo, recomendamos consultar a referida mensagem e, portanto, observar especial zelo na fiscalização das obrigações trabalhistas das empresas citadas e na conferência da veracidade da documentação apresentada, devendo o órgão licitante ou contratante realizar as diligências necessárias para verificar a regularidade das contratações? Por fim, a mensagem solicita que quaisquer informações de irregularidades identificadas sejam encaminhadas ao delegado da Polícia Federal Dr. Jose Antonio Dornelles de Oliveira, chefe da DRCOR/SR/DPF/RS – endereço; avenida Ipiranga nº 1365, Azenha – Cep 90.160-093 – Porto Alegre/RS. Tel (51) 3235-9000.

Observação: em virtude de não haver condenação criminal e/ou outras informações, deixamos de publicar/divulgar o nome das aludidas empresas/pessoas. Recomendamos que seja consultado a referida mensagem. (Nota da SATT)
7. que, todos os usuários devem refazer o *download* do atualizador do aplicativo do SISCOFIS OM e executar o atualizador em todas as máquinas que possuam o SISCOFIS OM versão 3.2.5 instalado?
8. que, foi efetuada uma correção no aplicativo do SISCOFIS OM versão 3.2.5 para sanar o problema que estava ocorrendo no "**Inventário de Almoxarifado**" o qual apresentava o saldo atual, mesmo quando optado pela opção "**Por Data**", no momento da geração do inventário?
9. que, entre os dias 01 a 10 de cada mês, o Agente com o perfil de ADMINISTRADOR DE OM deverá efetuar a conformidade do SIGA, para que os demais agentes cadastrados neste Sistema não percam seus perfis?
10. que, deverá haver segregação de função entre o CADASTRADOR e o VALIDADOR DOS CONTRATOS, no SIGA? Conforme item 4.1.2 – Módulo receita do Manual Instrução do SIGA?
11. que, o responsável pela VALIDAÇÃO DOS CONTRATOS, no SIGA, é o Conformador dos Registro de Gestão? Conforme letra “b” do item 4.1.2 do Manual de Instrução do SIGA?
12. que, não poderá haver depósitos, na conta 1.9.3.5.1.06.01 - RECOLHIMENTO DO PRINCIPAL P/ COD. RECOLHIMENTO (UG 167XXX) de contratos de receitas e/ou termos aditivos não cadastrados no SIGA, conforme MSG/SIAFI nº 2007/01106677, de 23 Ago 07, nº 2007/1124483, de 28 Ago 07, ambas da D Cont?

13. que, o Setor Financeiro da UG deve tomar as devidas providências, junto ao cessionário para o pagamento das mensalidades atrasadas com aplicações de multas e juros de mora, recolhendo-os em GRU separadamente?

14. que, as receitas provenientes de aplicações de multas, juros de mora, conforme o estipulado no contrato, deverão ser recolhidas integralmente ao Fundo do Exército, por meio de GRU específica (COD 227056 – MULTAS ORIUNDAS DE CONTRATO DE RECEITA)? conforme o que prescreve o Art 25 da Portaria nº 017-SEF, de 25 Out 06?

15. que, se o Conformador dos Registros de Gestão VALIDAR OS CONTRATOS INCORRETAMENTE, a UG deverá enviar ao Fundo o Exército (UG 167086) mensagem SIAFI solicitando que seja realizado a mudança de status dos contratos de validade para pendente, após a mudança do status a UG deverá providenciar as correções e validar novamente o contrato? Conforme Msg SIAFI nº 2008/0524880, de 09 Maio 08 – F Ex.

16. que, todos os Centros de Custos (CC) selecionados não precisam ter um telefone vinculado, mas **todos os telefones cadastrados deverão estar vinculados a um ou mais CC**, bem como, **todo o pessoal da OM deverá estar alocado a um ou mais CC**?

17. que, quanto à potência elétrica, poderão ocorrer casos em que não há necessidade de lançar informações da potência em um determinado CC (Por exemplo: "Segurança da OM"), mas **não poderá haver uma grande diferença entre a quantidade de CC selecionados e a quantidade de CC com potência elétrica**. Deverá ser estudado cada caso em particular, pois **a regra é cadastrar a potência em todos os CC**?

18. que, já estão disponíveis para consulta os novos relatórios com informações sobre a situação dos dados lançados (cadastrados) no SISCUSTOS pelas Unidades (**página da D Cont, intranet, link siscustos**)?

19. que, segundo a Instrução Normativa no 57, de 27 de agosto de 2008, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e dos processos de contas da administração pública federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) altera o prazo mínimo para o arquivamento dos documentos relativos a prestação de contas de 05 (cinco) para 10 (dez) anos, conforme os artigos 16 e 17 dessa norma, transcritos a seguir: “Art. 16. As unidades jurisdicionadas deverão manter os documentos comprobatórios, inclusive de natureza sigilosa, pelo prazo mínimo de dez anos, contado a partir da apresentação dos relatórios de gestão ao Tribunal. Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput deste artigo sujeitará o responsável à sanção prevista no inciso II do art. 58 da Lei nº 8.443, de 1992, sem prejuízo da instauração de tomada de contas especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano ao erário, se for o caso. Art. 17. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação e aplica-se aos processos de contas referentes ao exercício de 2008 e seguintes.”?

20. que, está disponibilizado na página da D Cont, via intranet, (<http://dcont.sef.eb.mil.br>) um fórum de discussões para esclarecer as dúvidas dos usuários do Sistema Gerencial de Custos?

RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel
Chefe da 7ª ICFEx

Anexo “A”

DIREITOS REMUNERATÓRIOS RELATIVO AO AUXÍLIO FUNERAL

Cumprindo a determinação do Subsecretário de Economia e Finanças, esta Inspeção transcreve o ofício abaixo, para que seja dada ampla divulgação do posicionamento ora exposto às UG vinculadas a esta Setorial Contábil:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Gera/1841)

Brasília, 4 de agosto de 2009.

Of nº 280 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)

CIRCULAR

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª ICFEx

Assunto: auxílio funeral

Anexo: -“A” - modelo de requerimento para solicitação de auxílio funeral; e

-“B” - quadro esquemático.

1. Versa o presente expediente sobre direitos remuneratórios relativos ao auxílio funeral.
2. Considerando o pedido de esclarecimentos formulado pelo Centro de Pagamento do Exército (CPEx), esta Secretaria consolidou o seguinte entendimento sobre o assunto:

a. **Pergunta 1-** Quando da morte do militar, quem deverá receber o valor do auxílio funeral e se este deve ser partilhado e distribuído entre os beneficiários da pensão?

1) O pagamento deve ser feito ao beneficiário da pensão militar, observada a respectiva ordem de habilitação¹, nos termos do inciso III do artigo 76 do Decreto nº 4.307, de 2002. **Não é o caso de distribuição entre os beneficiários, pois o auxílio funeral não integra o cálculo da pensão militar, não devendo com esta ser confundido, conforme se extrai da MP 2215-10/2001.** Caso o auxílio funeral já tenha sido pago, e haja novo requerimento, este será indeferido, por já ter sido pago a outro beneficiário (ou a terceiro), e cópia do comprovante de pagamento será fornecida a título de informação ao requerente.

2) Na hipótese de reembolso a terceiros, deverá ser indenizada a despesa comprovadamente realizada até no máximo o valor integral do auxílio do caso.

1

1) **Conforme Declaração de Beneficiários;**

2) Ao que requerer;

3) Mais de um requerimento em tempo hábil -> ordem de habilitação / mesma ordem de habilitação -> seguir ordem cronológica.

(Fl 2 do Ofício 280 -Asse Jur-07 (A/1-SEF), de 4 de agosto de 2009)

b. **Pergunta 2-** Se o auxílio funeral é devido em caso de morte de pensionista militar?

- À luz das regras acima reproduzidas, o falecimento de pensionista militar não está previsto como hipótese que enseja o pagamento do auxílio-funeral, exceto nas seguintes hipóteses:

1) morte de pensionista viúvo ou viúva de militar, nos termos dos incisos II e III do artigo 76 do Decreto nº 4.307, de 2002, quando o valor será destinado ao beneficiário da pensão militar.

2) morte de ex-Combatente que recebe pensão especial, nos termos do artigo 7º da Lei nº 9442, de 1997, quando o auxílio-funeral será pago, no valor da despesa, **até** o valor do soldo de 2º Ten, à pessoa que houver custeado o funeral.

c. **Pergunta 3-** Qual o valor do auxílio funeral devido no caso de apresentação de comprovante de despesa por beneficiários ou por terceiros, considerando o reembolso menor que o estipulado pela legislação?

1) Se “beneficiário” - valor integral do auxílio.

2) Se “terceiro” - despesa efetivamente **comprovada**, limitando o pagamento a, **no máximo**, o valor do auxílio do caso concreto. Destaca-se que **não há saldo remanescente**, pois o valor deve ser solicitado baseado na despesa já comprovada.

d. **Pergunta 4-** Se o auxílio funeral é devido em dobro ao dependente quando da morte simultânea do militar e cônjuge?

- Sim, pois de acordo com a Tabela VI da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, a morte do militar e a morte do cônjuge são duas situações previstas de forma distinta para o pagamento do auxílio funeral.

e. **Pergunta 5-** Qual o procedimento a ser adotado para o pagamento do auxílio funeral para gêmeos-natimortos?

- É devido o pagamento de um auxílio funeral para cada um dos gêmeos natimortos.

3. Cumpre destacar que o auxílio funeral deverá ser requerido, o mais rápido possível, em procedimento sumaríssimo, cujo requerimento deverá conter nome, número e órgão expedidor da cédula de identidade, número do CPF, endereço e domicílio bancário do requerente, tendo como anexos o Atestado/Certidão de Óbito² e os Comprovações de Despesas do Funeral (para reembolso a terceiros). É de suma importância a comprovação da situação de pensionista ou da condição para habilitação à pensão, bem como das despesas com o funeral, se realizadas por terceiros.

4. Isso posto, remeto-vos o presente expediente para conhecimento e providências, solicitando, ainda, que seja dada ampla divulgação do posicionamento ora exposto às unidades gestoras vinculadas a essa Setorial, por intermédio do Boletim Informativo do mês de agosto do corrente ano.

Gen Div CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO

Rsp pelo Subsecretário de Economia e Finanças

2 Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Em consequência, determino aos chefes das seções desta Inspeção tomar, na esfera de atribuições, conhecimento e providências decorrentes.

(Fl 3 do Ofício 280 -Asse Jur-07 (A/1-SEF), de 4 de agosto de 2009)

MODELO PARA SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO-FUNERAL
Anexo "A" ao Ofício 280 -Asse Jur-07 (A/1-SEF), de 4 de agosto de 2009



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

.....

Requerimento

Local , de de .

Do:

Ao: Sr Chefe da Seção de Inativos e Pensionistas/
.....Região Militar

Objeto: pagamento de auxílio funeral

1. Fulano de Tal (identidade nº _____ /), CPF nº _____ / _____ ,
residente _____ ,
_____ , requer a V Sª mandar providenciar o pagamento do auxílio funeral referente ao
(a) falecido (a) _____ , nos termos dos Artigos 2º e 3º da MP2215-
10/2001 e Artigo 76 do Decreto 4.307/2002.

2. Domicílio Bancário:

Banco nº _____ , _____
Agência nº _____ - _____
Conta Corrente nº _____ - _____

3. Anexos:

- Atestado/Certidão de Óbito e
- Notas fiscais nºs: _____ , _____ e _____ (caso de terceiros).

Fulano de Tal

DESPACHO:

- Deferido.
- Providencie-se o pagamento.
- Arquite-se.

Ou

DESPACHO:

- Indeferido.
- Não satisfaz o contido nos Art. 2º e 3º da MP2215-10 e Art. 76 do Dec 4.307/2002.
- Arquite-se.

Ou

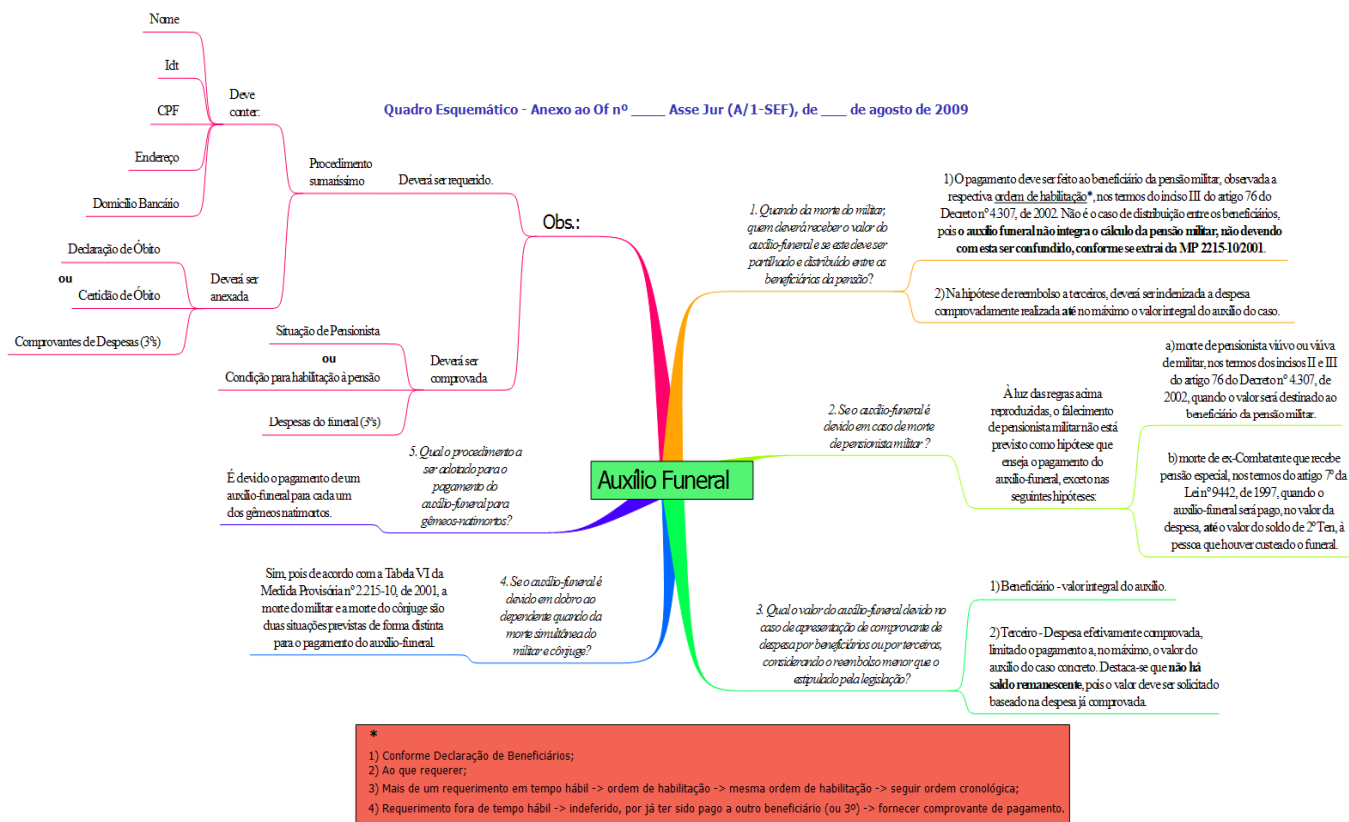
DESPACHO:

- Indeferido.
- O pagamento já foi realizado a(o) Sr(a) Beltrano de Tal.
- Forneça-se cópia do comprovante de pagamento.
- Arquite-se.

SICRANO DE TAL - Cel
Chefe SIP/11ª RM

Quadro Esquemático

Of nº 280-Asse Jur (A/1-SEF), de 04 de agosto de 2009 – Anexo “B”



Anexo “B”**PREJUÍZO AO ERÁRIO - PAGAMENTO INDEVIDO - APURAÇÃO –
RESPONSABILIDADE CIVIL DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO**

Diante da relevância e em que pese a extensão da matéria, julgamos imprescindível a transcrição, tanto da consulta como da resposta, para melhor entendimento.

Curitiba, 08 de maio de 2009.

Ofício nº 047 - SATT

Do Chefe da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças
do Exército

Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: Prejuízos ao Erário – Pagamentos indevidos -
Apuração - Erro NÃO escusável - Agentes
Administração - Responsabilidade Civil –
Indenização ao Erário - Invasão da Esfera
Patrimonial - Consulta

1. Trata o presente sobre aspectos jurídicos da responsabilidade civil dos agentes da administração, em consequência de prejuízos ao Erário por pagamentos indevidos ocasionados por erro NÃO escusável de interpretação/aplicação de legislação.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, inúmeras as situações que ocorrem nas UG e que, independentemente de dolo do(s) agente(s) da administração, resultam em danos/prejuízos ao Erário.

3. O estudo do presente é verificar a possibilidade/legalidade da administração invadir, administrativamente, após o devido processo legal, a esfera patrimonial do(s) servidor(es) que foi(ram) apontado(s) como responsável(eis) pelos pagamentos realizados indevidamente pela administração.

4. O assunto é tormentoso diante das possibilidades que podem emergir de um caso concreto de pagamento indevido. Portanto, a fim de delimitarmos as nossas dúvidas e/ou questionamentos, preliminarmente, cabe-nos ratificar:

a. nas situações que ocorrem pagamentos indevidos por erro ESCUSÁVEL de interpretação/aplicação da legislação, não há o que se falar em devolução de valores, conforme assunto pacífico e já sumulado pelo TCU:

Súmula nº 249

"É DISPENSADA A REPOSIÇÃO DE IMPORTÂNCIAS INDEVIDAMENTE PERCEBIDAS, DE BOA-FÉ, POR SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, E PENSIONISTAS, EM VIRTUDE DE ERRO ESCUSÁVEL DE INTERPRETAÇÃO DE LEI POR PARTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE, OU POR PARTE DE AUTORIDADE LEGALMENTE INVESTIDA EM FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO, À VISTA DA PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO E DO CARÁTER ALIMENTAR DAS PARCELAS SALARIAIS."

b. em consequência, nestas hipóteses, não é caso de se realizar cobrança de valores do(s) beneficiado(s) dos pagamentos e/ou do(s) servidor(es) da administração.

5. Já quando os pagamentos indevidos são realizados por equívoco da administração, sem qualquer dependência/vínculo com a interpretação de legislação, isto é, quando ocorre falha operacional, outros procedimentos devem ser considerados, a fim de que a administração cumpra o seu dever de recompor os prejuízos gerados pelos pagamentos realizados indevidamente.

6. Nesta hipótese, ou seja, quando o pagamento é realizado por erro NÃO escusável da administração, evidente que aquele(s) que recebeu(ram) indevidamente deve(m) devolver os recursos recebidos. É uma simples questão moral. Entretanto, se o princípio da moralidade não for suficiente, nos socorremos ao contido no art 964 do Código Civil Brasileiro, *in verbis*:

Art 964. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido, fica obrigado a restituir.

7. Como efeito, é uma consequência do princípio que veda o enriquecimento ilícito.

8. Infelizmente, diante dos casos de pagamentos indevidos, não é raro nos depararmos com situações em que a administração, mesmo empregando todo seu esforço, não consegue pleno êxito na cobrança dos valores daquele(s) beneficiado(s) de pagamento.

9. Não pretendemos aqui estudar o procedimento de apuração, pois, partimos da premissa de que todo o pagamento indevido foi devidamente apurado pela OM, por intermédio de sindicância e/ou IPM e, em consequência, também foi apurado a forma como se deu(ram) esses pagamentos, em outras palavras, se houve falha no processo/procedimento da administração que provocou o resultado (pagamento indevido). Nada mais que cumprir o já previsto há muito pelo art 84 do Decreto-Lei nº 200, de 25 Fev 67 que dispõe sobre a *Organização da Administração Federal, estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e dá Outras Providências*:

Art. 84. Quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública, as autoridades administrativas, sob pena de co-responsabilidade e sem embargo dos procedimentos disciplinares, deverão tomar imediatas providências para assegurar o respectivo ressarcimento e instaurar a tomada de contas, fazendo-se as comunicações a respeito ao Tribunal de Contas.

10. Voltando o foco da questão, como proceder nos casos em que não ocorre a devolução dos valores recebidos indevidamente, total ou parcialmente, em que pese a cobrança administrativa, legal e regular da OM? A quem deve ser cobrado? Somente do(s) beneficiado(s) dos pagamentos? ou do(s) servidor(res) que deu(ram) causa ao pagamento? ou, ainda, é possível a cobrança de ambos? Afinal, julgamos as indagações plenamente pertinentes, pois, somos de entendimento que a administração não pode e não deve se resignar com casos de flagrante prejuízo. É a simples homenagem ao *princípio da indisponibilidade do patrimônio público*.

11. Nessa esteira, para melhor estudar o assunto, optamos em apresentar um resumido caso não tão irreal:

a. determinada UG, constatou que alguns militares receberam valores indevidamente por um período de “x” meses, em decorrência de falha formal da administração (erro NÃO escusável);

b. na sequência, suspendeu o pagamento;

c. superada a fase de apuração da irregularidade, a sindicância indicou o montante dos valores pagos indevidamente;

d. também foi verificado, que dentre aqueles que receberam valores indevidos, haviam ex-militares, portanto, já licenciados das fileiras do Exército; e

e. a sindicância concluiu que não houve má-fé de qualquer agente da administração, pois nesse caso, evidente que deveria ser instaurado o competente IPM.

12. Diante do caso explanado, já nos reportamos não haver dúvida quanto à cobrança daqueles que receberam indevidamente. Também não há dúvidas quando, após o devido processo legal, aquele(s) beneficiado(s) dos pagamento indevidos realizam a devolução dos valores. Entretanto, como já antecipado, a prática nos mostra que a devolução da integralidade dos recursos recebidos é uma exceção, havendo, portanto, a necessidade de administração perseguir no seu dever e na esfera de sua competência, tentar repor aquilo que foi tirado indevidamente dos cofres públicos.

13. Como é de conhecimento de V Exa, alguns doutrinadores renomados, bem como decisões judiciais, sustentam que não se pode invadir a esfera patrimonial do servidor sem o seu consentimento. Entretanto, nos parece, salvo outro juízo, que essa Secretaria não reza esta cartilha, entendendo ser plenamente possível efetuar descontos de valores em folha de pagamento do servidor, mesmo que este não reconheça a dívida. Confirme-se com a leitura do trecho do Of nº 158 - Asse Jur - 04 (A1/SEF), de 16 Dez 04, respondendo a consulta formulada pela 7ª ICFEx:

O Parecer emitido por essa ICFEx está correto. O fundamento legal para tanto reside no comando inserto no art. 24 da Portaria 008-SEF, de 2003:

*Art. 24. Após o ciente do responsável notificado, tanto na Sindicância quanto no Processo Administrativo, e não tendo sido recolhido o valor no prazo estipulado, **independente do reconhecimento da dívida**, o Cmt, Ch ou Dir da OM **determinará** o desconto no contracheque, observado o disposto no RAE e os limites estabelecidos na legislação em vigor.*

*Significa dizer que, **independentemente da concordância do responsável**, se a sindicância logrou comprovar sua culpabilidade, poderá o Cmt/Ch/Dir da OM **determinar o desconto** em contracheque, observados os ditames contidos na MP 2.215-10, de 2001. Nesse sentido, conforme se observa a seguir, insta salientar que a indenização à Fazenda Nacional adquire contornos de desconto de natureza obrigatória (inciso V do art. 15). Não obstante, deve ser respeitada a margem consignável constante do § 3º do art. 14.*

Art 14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§ 1º. Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§ 2º. Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 3º. Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.

Art 15. São descontos obrigatórios do militar:

(...)

V- indenização à Fazenda Nacional em decorrência de dívida;

14. A situação parece ganhar contornos diferenciados quando aquele(s) que recebeu(ram) valores indevidos não mais se encontram nas fileiras do Exército, portanto, não sendo possível implantar descontos em folha de pagamento. Aqui residem as nossas dúvidas: qual o procedimento a ser adotado a fim de repor o Erário?

15. Ora, em simples interpretação literal, nos parece que o Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto nº 98.820, de 12 Jan 90, responde categoricamente a indagação. Se não vejamos: (**grifo nosso**)

Art. 149. As indenizações provenientes de alcance, restituições de recebimentos indevidos ou para reposição de bens, serão descontadas de uma só vez ou, na sua impossibilidade, em parcelas mensais dos vencimentos ou quantia que, a qualquer TÍTULO, os responsáveis pela indenização recebam do Estado.

1º. Os descontos mensais serão procedidos conforme a legislação pertinente.

2º. A indenização devida à União, que não for realizada pela via administrativa, será motivo de cobrança judicial e, se for o caso, executiva.

3º. O fixado neste artigo **incidirá sobre os responsáveis pelo pagamento indevido, quando não for possível alcançar o beneficiado.**

Art. 150. As indenizações a imputar ou imputadas aos militares deverão ser dimensionadas, sempre que possível, de modo a permitir que os descontos sejam concluídos antes do respectivo licenciamento ou exclusão do serviço ativo.

16. Assim sendo, quando não for possível alcançar aquele(s) que recebeu (ram) valores indevidos, a cobrança do débito deverá recair naquele(s) que deu (ram) causa a tal pagamento, ou seja, sobre aquele(s) servidor(es) acusados de responsabilidade por ter(em) agido com culpa, seja por ato omissivo ou comissivo.

17. Mesmo que houvesse dúvida na interpretação do dispositivo retro, nos parece que o documento abaixo transcrito corrobora com o entendimento ora exposto, no sentido de que valores não recuperados devem ser cobrados (s) daquele (s) servidor (es) responsável (eis). Dispõe a letra “c” do nº 2, do Of nº 005-SAGEF/D Aud (CIRCULAR) de 09 Jan **2009**:

c. no caso específico de possíveis prejuízos causados por supostas irregularidades administrativas na área de pagamento de pessoal, deve ficar bem caracterizado a ação de cada agente, dentro de sua esfera de responsabilidade (do auxiliar ou chefe da seção), como também se as etapas para a concessão do direito remuneratório foram seguidas, e se as equipes de exame de pagamento observaram a legislação respectiva.

18. A recomendação acima deve ter esta finalidade, mesmo que alguns possam imaginar diferente, por exemplo, como se a recomendação fosse destinada tão somente para aplicação de eventual sanção administrativa/disciplinar. Também poderá ser utilizada para este fim, mas, salvo interpretação equivocada, é para verificar se houve má-fé de algum agente da administração, além da possível ação administrativa visando imputar prejuízos aquele(s) que deram causa.

19. Corroborando com a idéia acima, trazemos excerto do Acórdão 1990/2007 - 2ª Câmara - TCU: *toda apuração deve considerar a responsabilidade dos agentes administrativos que concorreram para o prejuízo.*

20. Oportuno, ainda, colacionar trecho de parecer da consultoria jurídica do MPS nº 2,467, de 10 Mai 01, de onde se extrai:

“15. Assim sendo, se houve culpa da administração no pagamento a maior de benefício previdenciário mister se faz a instauração de processo administrativo, com fins a se apurar o dano sofrido pelo Erário, bem como o responsável pelo erro.

16. Da análise dos artigos retro-transcritos tem-se que a responsabilidade civil é a obrigação que se impõe ao servidor de reparar o dano causado à Administração, por culpa ou dolo, no desempenho de suas funções.

17. Exsurge daí que o servidor culpado pelo pagamento indevido é, juntamente com o beneficiário, civilmente responsável pelo pagamento do prejuízo sofrido pelo Erário.

18. Mister ressaltar que, deixar de cobrar do responsável – por menor que seja a quantia - os prejuízos sofridos pelo Erário é atentar contra os princípios da Administração Pública, a maioria deles consagrados no art. 37 da vigente Constituição Federal. Senão vejamos:

- viola-se o princípio da moralidade administrativa, que consagra a doutrina do não-locupletamento à custa alheia originada do Direito Civil;

- fere-se o princípio da legalidade, vez que no Direito Administrativo o conceito de legalidade contém em si não só a lei mas, também, o interesse público e a moralidade;

- infringe-se o princípio da indisponibilidade, segundo o qual a administração não pode transigir, ou deixar de aplicar a lei, senão nos casos expressamente permitidos. Nem tampouco dispor de bens, verbas ou interesses fora dos estritos limites legais;

- ignora-se o princípio da eficiência porquanto o Administrador Público é gestor da coisa pública, coisa da sociedade, e, como tal, deve planejar a atividade do órgão ou entidade que dirige de forma a obter o máximo de resultado social e econômico, quando for o caso.”

21. Com as considerações acima, reforçamos entendimento que se não houver êxito na cobrança daqueles que receberam valores indevidos, o(s) responsável(eis) deve(em) ressarcir, ou melhor dizendo, deve(em) indenizar os cofres públicos, em virtude da conduta culposa, apurada de forma legal e regular com a obediência aos princípios constitucionais.

22. Neste cenário, imperioso indagar, mesmo que de forma genérica: *quem é e/ou são os responsável(eis)?*

23. Ora, cada caso precisa ser analisado individualmente e de acordo com as circunstâncias e fatos que geraram o prejuízo. Afirmações genéricas são por demais temerárias. Entretanto, como guardiães e administradores da coisa pública, não podemos nos conformar com prejuízos ao Erário. É questão moral, antes de qualquer outro sustentáculo, além do comprometimento com o princípio basilar administrativo já informado e no qual nos encontramos totalmente imersos: *o princípio da indisponibilidade do patrimônio público.*

24. Assim, a apuração de indícios de irregularidades administrativas, passa, obrigatoriamente, pela extensão da responsabilidade civil dos agentes administrativos em decorrência do exercício da(s) função(ões) desempenhada(s). Portanto, normalmente, nos casos de pagamentos indevidos realizados pela administração, dificilmente haverá apenas um agente/servidor envolvido no “processo”, um mais que outro, mas, de qualquer forma, cada qual com sua parcela de culpa. Por conseguinte, com a devida excusa da redundância, a administração deve perquirir “minuciosamente” quais os agentes/servidores que participaram, direta ou indiretamente e que contribuíram para que o fato ocorresse (pagamentos indevido).

25. Neste mister, como regra básica, defendemos, desde já, que são todos aqueles que por obrigação funcional deveriam realizar ou fiscalizar a atividade, seja em decorrência da função ou seja em decorrência de designação. Assim sendo, nos parece que a culpabilidade dos servidores/agentes da administração a seguir relacionados, deve ser investigada:

- a. o servidor/auxiliar da seção que publica as informações;
- b. aquele servidor/auxiliar que opera o FIP/FAP;
- c. o Enc Set Pessoal/Pagamento por ser responsável pela obrigação de fiscalizar toda a atividade;
- d. ainda, também, todos os agentes que fizeram parte da equipe de Exame de Pagamento naqueles meses de pagamentos indevidos;
- e. Cmt SU e Fiscal Administrativo, principalmente, em caso de pagamento do Efetivo Variável; e
- f. por fim, o Ordenador de Despesa já que também é responsável e tem a missão fiscalizar toda a atividade de exame de pagamento.

26. Renovamos a idéia de que cada caso precisa ser apurado isoladamente, não havendo, necessariamente, culpa de todos os agentes acima citados. A sindicância/IPM é o instrumento que vai indicar a responsabilidade de cada um. Aqui a nossa preocupação é outra, ou seja, saber se é pertinente o entendimento de que os envolvidos na atividade de pagamento e, desde que comprovada culpa, são solidários pela dívida resultante dos eventuais pagamentos indevidos realizado(s) e cuja a administração, por razões diversas, não conseguiu sucesso na cobrança administrativa daquele(s) beneficiado(s) do pagamento indevido.

27. Entendemos que uma vez apurado as circunstâncias e motivos do pagamento irregular, todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, por ação ou omissão e, ainda, que tinham o dever e a possibilidade de evitar tal fato, respondem solidariamente pela dívida, face a impossibilidade de mensurar a culpa. Oportuno colacionar *decisium* do TCU sobre o assunto:

Acórdão 2664/2006 - TCU

“3. No caso da responsabilização de mais de um agente, impõe-se a solidariedade no débito, não havendo amparo legal a que se proceda à divisão do valor do dano quantificado pelo número de envolvidos.”

28. Mesmo que pareça repetitivo, julgamos pertinente trazer uma situação hipotética para tentarmos melhor definir a extensão dessa responsabilidade dos servidores envolvidos na atividade de pagamento, pois, sabemos perfeitamente as conseqüências do assunto, haja visto inúmeras situações que ocorrem nas nossas UG vinculadas:

a. determinada UG, após licenciamento de “x” militares deixou de desimplantá-los do Sistema de Pagamento do Exército, vale dizer, continuou a realizar pagamentos, mesmo após o licenciamento;

b. “x” meses depois, tal fato foi constatado, sendo suspenso o pagamento;

c. a sindicância indicou o montante dos valores pagos indevidamente; e

d. a sindicância também concluiu que não houve má-fé de qualquer agente da administração, entretanto, apontou que houve falhas, assim definindo os fatos:

1) o Cmt SU encaminhou a parte informando o licenciamento;

2) o Auxiliar da Seção de Pagamento, por descuido, deixou de desimplantar o mesmo no FAP, em que pese ter sido publicado no BI da OM;

3) o fato só foi constatado 4 (quatro) meses depois, em decorrência do trabalho da comissão de exame de pagamento nomeada naquele mês;

29. Assim, diante do caso acima, a OM, preliminarmente realizou o devido processo, cobrando daqueles “ex-militares”, que, inclusive, reconheceram a dívida. Entretanto, na prática, não efetuaram qualquer recolhimento dos valores recebidos. Em conseqüência, a OM entendeu que o montante pago indevidamente deveria ser cobrado de todos aqueles que deram causa aos pagamentos indevidos, apontando como responsáveis solidários os seguintes militares/servidores:

a. o auxiliar da Seção de Pessoal/Pagamento que deixou de excluir os licenciados no FAP;

b. o Encarregado do Setor de Pessoal, pois este é o responsável pela atividade e pela fiscalização;

c. todos os agentes que naquele período fizeram parte da equipe de Exame de Pagamento, pois não observaram com a devida atenção, dentre outros aspectos, se os contemplados no relatório nominal estavam vinculados à UG/OP para fins de pagamento, conforme Inc I, Art 7º, da Portaria nº 008-SEF, de 06 Maio 08; e

d. considerando ainda a hipótese de que os beneficiários do pagamento indevido eram militares do EV, também foram responsabilizados o Fiscal Administrativo e o Comandante de SU/Contigente, pois foram displicentes na confrontação da relação do pessoal da fração com a do pagamento processado pelo CPEx, conforme inteligência do Inc X, Art 8º Portaria nº 008-SEF, de 06 Maio 08, em que pese este último ter participado a exclusão dos mesmos.

30. Considerando a situação retro, julgamos muito bem acertada a decisão da OM, ao atribuir responsabilidades a todos aqueles que, principalmente por omissão de suas condutas, contribuíram sobremaneira para o evento e para a sua continuidade (4 meses).

31. Nesta linha de raciocínio, julgamos que a OM poderia atribuir responsabilidade ao Ordenador de Despesa, visto que também é responsável, já que tem como missão fiscalizar toda a atividade de exame de pagamento, conforme inteligência do art 8º da já citada portaria.

32. Considerando estar correto o posicionamento acima, impende questionar e equacionar:

- como proceder, na prática, a cobrança de tais valores?

33. Como visto acima, foi definido que todos aqueles que contribuíram para o prejuízo foram responsáveis, mas diante da impossibilidade de mensurar grau de culpabilidade, todos são solidários pela dívida até que a mesma seja extinta.

34. Outra situação que merece ser analisada, diz respeito a eventual responsabilidade do Ordenador de Despesa. O assunto não é pacífico, mas o busílico é saber se existe, em princípio, responsabilidade deste pelos atos dos seus subordinados que exorbitem as ordens recebidas e/ou em decorrência de eventuais falhas no desempenho das funções.

35. A eventual responsabilização do OD não seria nenhum absurdo ou afronta a legislação e regulamentos. E por quê? É só analisarmos a atuação do órgão de controle externo (TCU), em apuração de irregularidades administrativas, bem como decisões daquela corte de contas, em processo de julgamento de *tomada de contas*, que facilmente chegaremos a conclusão de que os OD são os primeiros a serem responsabilizados por eventual irregularidade administrativa praticada pela UG na sua “gestão”, em que pese todas as incumbências inerentes às suas atividades decorrentes da função desempenhada, muitas vezes, combinadas com outras que também exercem cumulativamente de *agente diretor e/ou comandante*.

36. Sobre o tema específico “responsabilidade do OD”, nos valem de algumas observações do juiz Fabiano de Lima Caetano ao discorrer sobre *Responsabilidade Solidária do Administrador Público*, disponível em (<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4537>), assim opinando:

Muitos imputam a tal ordem de agente público a responsabilidade pelos atos de seus subordinados, com base na teoria do risco administrativo. Por esta teoria, assume o administrador o risco in actu exercitu. Não concordamos com a aplicação desta teoria ao caso sob estudo, pois entendemos que tal construção foi elaborada visando a atuação da administração pública, e não do administrador, servindo de base a conseqüente responsabilização objetiva por danos causados aos administrados

Outros ainda, fundamentam a responsabilização do administrador pelos atos de seus servidores na teoria da culpa civil. Sustentam a culpa in eligendo e a culpa in vigilando. Dizem que se o administrador não possui uma responsabilidade objetiva, por conta do risco administrativo, possui, ao menos, a culpa por eleger mal (nos casos dos nomeados em cargo em comissão ou dos designados para determinada tarefa ou função) e a culpa em vigiar mal o exercício das funções designadas, delegadas ou desempenhadas pelos seus servidores.

Realmente, tal teoria é de grande valia quando estamos diante de relações jurídicas onde se pretende tutelar interesses de hipossuficientes. Assim acontece nas relações de consumo e nos contratos de trabalho, onde os consumidores e trabalhadores estão em nítida situação de desvantagem nas relações jurídicas em que figuram nesta condição. O fabricante responde por danos causados aos consumidores por produtos seus falsificados, por ter obrigação de vigiar a sua marca, assim como o empreiteiro principal responde pelas obrigações trabalhistas do subempreiteiro para com os seus empregados, por ter escolhido mal e/ou vigiado mal o seu contratado, acarretando dano aos trabalhadores.

No campo da administração pública, não há como imputar a esta o condão de hipossuficiência, a ponto de ter o administrador tamanha responsabilização, nem como uma responsabilidade objetiva. Conforme exposto no tópico anterior, pensar desta forma é atribuir responsabilidade (obligatio) ao administrador, sem perquirir a existência de culpa pela prática do ato lesivo, ou como dizem, culpá-lo pelo risco in actu exercitu. Tal responsabilização somente pode ocorrer em decorrência expressa da lei, como o fez o art. 932 c/c art. 942, parágrafo único, ambos do Código Civil.

Reforçando este entendimento, trazemos à colação importante dispositivo legal. Trata-se do art. 80, §2º do Decreto-Lei 200/67, onde está consignado que "o ordenador de despesa, salvo conveniência, não é responsável por prejuízos causados à Fazenda Nacional decorrentes de atos praticados por agente subordinado que exorbitar das ordens recebidas", o que nos faz pensar que o legislador não albergou a culpa in vigilando do ordenador.

37. Comungamos do entendimento acima no sentido de que não há, em princípio, responsabilidade do Ordenador de Despesa pelos atos dos seus subordinados que exorbitem das ordens recebidas e/ou, ainda, em virtude de falhas de subordinados no desempenho da função ou designação. Assim, a responsabilidade do OD decorre somente dos casos em que ficar comprovado que agiu com grave culpa resultante de ação e/ou omissão negligente e imprudente.

38. Na oportunidade, mesmo um pouco fora do tema, mas já servindo de alerta para muitos agentes, independente da função desempenhada, tomamos a liberdade de transcrever item de acórdão do TCU, rechaçando de forma veemente algumas explicações/justificativas, que não muito raro, escutamos nos “corredores da administração”:

Acórdão 93/2004-Plenário-TCU

“36. A esse tipo de alegação, nossa primeira observação é no sentido de que, se o oficial não tinha preparo para assumir a chefia que lhe era designada então deveria ter o necessário discernimento para abster-se de fazê-lo, em nome do interesse público. No que se refere, por sua vez, à possibilidade de um inadequado assessoramento recebido, cabe lembrar ser preceito básico da função militar que o superior delega autoridade para a execução de tarefas, mas nunca a responsabilidade pela obtenção de seus resultados. Além disso, e mais importante, o oficial das forças armadas tem obrigação funcional-legal de manter-se preparado para o exercício de funções de mando, conforme preceitua o Estatuto dos Militares (Lei 6.880/80), em seu artigo 36 e outros dispositivos.

36.1 Pertinente é discorrer sobre a posição desta Corte de Contas em relação a Prefeituras que celebram convênios com a União para a descentralização de recursos financeiros. É comum que titulares de Municípios nos quais hajam sido verificadas irregularidades procurem escusar-se em alegações de defesa, razões de justificativa ou argumentos recursais, sustentando o desconhecimento do assunto ou a falta de estrutura para operacionalização dos atos de gestão. Pacífica é a jurisprudência desta Casa no sentido de que esses argumentos não possuem o condão de exonerar a responsabilidade dos Prefeitos porque estes devem dotar a estrutura administrativa da necessária capacidade, o que inclui, certamente a sua própria capacidade de gestão (Acórdão 395/2001-1ª Câmara; Decisão nº 81/2001-2ª Câmara).

36.2 Com muito mais propriedade pode-se dizer que o oficial das forças armadas tem obrigação de manter-se capacitado para a gestão de recursos públicos. Não se trata in casu, de um prefeito, muitas vezes de baixo grau de instrução, do qual, por dever, é exigido o conhecimento necessário para a boa gestão de recursos públicos. (...) São cidadãos brasileiros de nível superior, continuamente educados para função de mando e que, pelo menos teoricamente, compõem a nata da oficialidade militar do País.”

39. Já em outra vertente, outra questão de ordem prática vem à tona, ou seja, a *inscrição na dívida ativa da União*. Como sustentamos, em não se obtendo êxito na cobrança daqueles beneficiados de pagamentos indevidos, a dívida deve recair sobre os servidores que deram causa, conforme já apontado no dispositivo citado do RAE (item 15). Entretanto, vejamos o disposto na Portaria nº 008-SEF, de 23 Dez 03:

Art. 27. Serão adotadas as providências necessárias para a inscrição na Dívida Ativa da União, de acordo com estas Normas, quando:

I - houver o reconhecimento da dívida pelo responsável e não for possível implantar ou continuar o desconto em contracheque;

Art. 31. Os procedimentos prescritos nas presentes Normas também se aplicam às irregularidades referentes à área de pagamento de pessoal, incluindo aquelas apuradas pelas Seções de Inativos e Pensionistas ou Órgãos Pagadores.

40. Seguindo o disposto acima, devemos levar à efeito a inscrição daqueles que receberam, mas não devolveram os valores percebidos indevidamente. Entretanto, se isso acontecer e considerando a obrigatoriedade da cobrança daqueles servidores responsabilizados, nos parece haver um paradoxo, pois estaremos encaminhando um processo para inscrição em dívida ativa e eventual cobrança judicial pelos órgãos competentes (PFN/AGU) e, simultaneamente, estaremos realizando a cobrança dos mesmos valores de terceiros (servidores responsabilizados). Desta feita, somos levados a entender que o previsto no art 27 acima é aplicável somente nos casos em que existe o prejuízo ao erário, existe(em) o(s) responsável(eis) mas, não houve culpa/responsabilidade de servidor(es), ou seja, houve o prejuízo mas não foi decorrente de falha da administração/servidor.

41. Por fim, outro ponto que merece ser observado, refere-se a apuração do fato em si, ou seja, dos motivos que resultaram em pagamentos indevidos. Como já de sabença, todo pagamento indevido deve ser apurado mediante sindicância e/ou IPM, cuja finalidade é apontar as causas, valores e responsável(eis). Entretanto, não é nenhuma novidade e muito menos inusitado que no curso da apuração o sindicante/encarregado se depare com flagrante falha da administração provocada por hierárquico superior. Não há como evitar isto, pois, é obrigatório no processo de apuração ser apreciada e sopesada a atuação dos agentes administrativos. Com efeito, é o já explicitado no item 17, ou seja, *no caso específico de possíveis prejuízos causados por supostas irregularidades administrativas na área de pagamento de pessoal, deve ficar bem caracterizado a ação de cada agente, dentro de sua esfera de responsabilidade (do auxiliar ou chefe da seção), como também se as etapas para a concessão do direito remuneratório foram seguidas, e se as equipes de exame de pagamento observaram a legislação respectiva.* (Of nº 005-SAGEF/D Aud (CIRCULAR) de 09 Jan 2009).

42. Embora não haja qualquer dúvida desta Inspeção sobre o tema *sindicância*, aproveitamos a oportunidade para recordar que a OM/UG, ao se deparar com esta situação, deverá substituir o oficial sindicante por motivo de impedimento, conforme previsão do art 20 e art 35 das IG 10-11 (Instruções Gerais para elaboração de Sindicância no âmbito do Exército Brasileiro):

Art 20. O sindicante será oficial de maior precedência hierárquica que o sindicado.

Art. 35. No decorrer da sindicância, se for verificado algum impedimento, o sindicante levará o fato ao conhecimento da autoridade instauradora para designar, por meio de portaria, novo sindicante para concluí-la.

43. E porque fizemos questão de frisar a provável necessidade de substituição do sindicante? Ora, sob nossa ótica, é comum observarmos, em muitos casos similares, que a nomeação de sindicante recai sobre tenentes/capitães e os agentes administrativos normalmente envolvidos nas atividades de pagamento são oficiais de grau hierárquico superior (Enc Set Pessoal/Fiscal Administrativo/Cmt SU). Ainda, o problema se avultará se levarmos em consideração que o OD também poderá ser responsabilizado.

44. Diante do exposto, solicito a Vossa Excelência verificar a possibilidade de mandar orientar esta Inspeção no sentido de ratificar e/ou retificar os entendimentos acima, mais especificamente o que segue:

a. no caso específico de pagamentos realizados indevidamente por erro NÃO escusável de interpretação da legislação, se a administração deve, obrigatoriamente, verificar a responsabilidade do(s) agente(s) da administração que motivou(ram) e/ou contribuiu(ram) para o prejuízo, visando eventual possibilidade de cobrança posterior;

b. considerando que aquele(s) beneficiado(s) de pagamento indevido permanecem na Força, se é possível a administração implantar desconto em contracheque, independentemente do consentimento do(s) mesmo(s), conforme dispositivo apontado (item 13) com a ressalva de ter sido respeitado o devido processo legal e oportunizado o *contraditório e ampla defesa*;

c. considerando que o(s) beneficiado(s) de pagamentos indevidos não devolvem, total ou parcialmente, os valores percebidos e, ainda, em virtude dos(s) mesmo(s) não mais se encontrarem na Força (caso de licenciados, por exemplo), se é possível, após o devido processo legal, responsabilizar o(s) agente(s) da administração que deu(ram) causa ao prejuízo;

d. em consequência do acima, se é possível invadir, **via administrativa**, a esfera patrimonial do(s) agente(s) da administração apontado(s) de responsabilidade(es), a fim de ver os cofres públicos ressarcidos do prejuízo que deu(ram) causa, independentemente do consentimento do(s) mesmo(s);

e. com a ressalva de que cada caso precisa ser devidamente analisado e como regra geral e conforme exemplo citado no item 29, se está correto o entendimento desta Inspeção no sentido de atribuir responsabilidade a todos aqueles que de forma culposa, comissiva ou omissiva, contribuíram para a ocorrência do prejuízo e/ou a sua continuação;

f. em estando correto o entendimento acima, se realmente todos aqueles apontados de responsabilidade são solidários pela dívida, portanto, sendo responsáveis pela mesma até a sua extinção;

g. ainda, neste mesmo caso, como proceder efetivamente o desconto em folha de pagamento desse(s) servidor(es) responsável(eis), visto, salvo outro entendimento, ser impossível estabelecer/mensurar valores/cotas/percentuais/graus de responsabilidade;

h. ainda, como proceder diante do exposto no item 33? Se é o caso de encaminhar o processo para a *inscrição na dívida ativa da União* mesmo que a administração, simultaneamente, efetue ações visando a cobrança daquele(s) servidor(es) responsável(eis);

i. no caso acima, se houver o envio do devido e competente processo legal para a *inscrição na dívida ativa da União* daquele(s) que recebeu(ram) valores indevidos e não restituíram a União, a administração ficará impossibilitada de realizar os procedimentos de cobrança/desconto dos acusado(s) de responsabilidade;

j. quanto à responsabilidade do OD, se está correto o entendimento de que somente poderá ser-lhe atribuída responsabilidade se ficar comprovado que agiu com dolo, culpa grave e/ou negligência; e

k. se também é procedente a ressalva contida no item 42, vale dizer, se haverá necessidade de substituir o sindicante e/ou encarregado nos casos em que no curso da apuração dos indícios de irregularidades, houver eventual responsabilidade de agente (s) de hierarquia superior.

A SEF encaminhou o ofício abaixo, como resposta a consulta sobre ressarcimento ao erário:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Brasília, 03 de julho de 2009.

Of nº 236 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 5ª Inspeção de Contabilidade e Finanças

Assunto: ressarcimento ao erário

Ref.: Of nº 047-SATT, de 8 de maio de 2009

1. Versa o presente expediente sobre ressarcimento ao erário.
2. Trata-se de consulta formulada com a finalidade de elucidar dúvidas relativas ao ressarcimento de danos ao erário não decorrentes de erro escusável de interpretação de lei, ou seja, situação não albergada pela Súmula nº 249 do Tribunal de Contas da União. Recorrendo a exemplos hipotéticos, decisões do Tribunal de Contas da União, artigo jurídico extraído da internet e a normas aplicáveis ao assunto, essa Setorial submeteu uma série de onze questões e seus desdobramentos à ratificação ou retificação desta Secretaria e teceu as seguintes considerações preliminares:
 - a. Na impossibilidade de cobrança de valores referentes a pagamentos indevidos diretamente do beneficiário, imputar a responsabilidade solidária ao agente da administração responsável pelo erro operacional inescusável, identificado após o devido processo legal.
 - b. Critérios para delimitar a extensão e a divisão de responsabilidades, considerando que um pagamento indevido, geralmente, passa por várias etapas e por vários agentes, que atuam, direta ou indiretamente, na realização ou fiscalização dessas atividades.
 - c. Declinação de competência, pelo encarregado da apuração dos fatos, na eventualidade de constatar responsabilidade de superior hierárquico.
 - d. Configuração ou não de duplicidade na hipótese de cobrança dos prejuízos decorrentes de pagamentos indevidos diretamente do agente responsável concomitantemente à inscrição do beneficiário na dívida ativa da União, nos termos preceituados pelo artigo 271, inciso I e artigo 31 da Portaria nº 008-SEF, de 23 de dezembro de 2003.
3. Não obstante o caráter hipotético da consulta formulada, considerando a relevância dos desdobramentos práticos das questões colocadas, elas serão respondidas na sequência, em termos genéricos, à luz da teoria geral da responsabilidade civil e das normas aplicáveis ao assunto, ressalvando que cada caso concreto é merecedor de análise individualizada para fins de correta valoração de suas peculiaridades, o que é indispensável para a obtenção da solução mais adequada. Antes, contudo, cumpre salientar alguns aspectos da responsabilidade civil no contexto abordado:

a. Inicialmente, embora a observação possa parecer estranha ao objeto da consulta, é importante ressaltar que, mesmo quando dos atos praticados por servidores militares, no desempenho de suas funções, não decorram prejuízos ao erário ou até quando estes possam ser recuperados, em havendo contrariedade a regras e princípios, ou enriquecimento do agente ou de terceiros, o ordenamento jurídico pátrio prevê hipóteses de responsabilização e diversos outros desdobramentos previstos na Lei de Improbidade Administrativa, na Lei da Ação Popular, na Lei da Ação Civil Pública, entre outras normas. Com maior razão, não descuidou o legislador brasileiro de criar mecanismos de ressarcimento de efetivos danos causados aos cofres do Estado por seus servidores, incluídos nesse rol os militares.

b. Conforme salienta Mônica Nicida Garcia, “quanto à disciplina da responsabilidade, de uma maneira geral, submetem-se os militares às mesmas regras aplicáveis aos demais servidores públicos, no que tange à responsabilidade civil. Estão eles, evidentemente, sujeitos à responsabilização criminal e à responsabilização administrativa, segundo, porém, seus estatutos específicos. Estão ainda sujeitos às sanções da Lei nº 8.429/92, em caso de prática de ato de improbidade administrativa, definido como tal pela lei.”.

c. O Superior Tribunal de Justiça também já manifestou o entendimento de que “A Lei de Improbidade Administrativa admite no seu organismo atos de improbidade subsumíveis a regime jurídico diverso, como se colhe do art. 14, § 3º da lei 8.429/92 (‘§ 3º Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, **em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.**’). [...]”.

d. Nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei de Improbidade Administrativa, os atos de improbidade administrativa podem ser de três espécies, definidas em rol **exemplificativo**, a saber: atos que importam enriquecimento ilícito (artigo 9º), atos que causam prejuízo ao erário (artigo 10) e atos que atentam contra os princípios da Administração Pública (artigo 11).

e. Por tal razão, sem prejuízo do sempre desejável ressarcimento dos danos ao erário com a cobrança do beneficiário ou do responsável pelo pagamento indevido, conforme critérios que serão esclarecidos adiante, as responsabilidades dos integrantes da Administração Militar, assim como dos demais agentes públicos, vão muito além disso, podendo ser cobradas até mesmo quando não ocorram danos aos cofres públicos ou enriquecimento ilícito, nos termos da Lei de Improbidade.

f. Outro aspecto que merece ser recordado é que o mesmo ato ou fato revestido de ilicitude pode produzir desdobramentos diversos, tais como a cumulação de sanções nas esferas administrativa e judicial (civil e criminal), em razão da coexistência e relativa independência entre tais instâncias, sem prejuízo do rol de competências dos Conselhos de Disciplina, no caso dos militares.

g. Porém, no ponto que interessa ao objeto da consulta em pauta, relativa à definição e atribuição de responsabilidades, no âmbito da Administração Militar, para fins de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de pagamento indevido, é importante esclarecer que a abordagem cuida da responsabilidade civil examinada para fins de ressarcimento **patrimonial**, a qual não deve ser confundida com sanção ou penalidade, pois coexistem diferentes finalidades, instâncias e regras, como já dito.

Assessoria 1.3

1 Art. 27. Serão adotadas as providências necessárias para a inscrição na Dívida Ativa da União, de acordo com estas

Normas, quando:

I - houver o reconhecimento da dívida pelo responsável e não for possível implantar ou continuar o desconto em contracheque;

Art. 31. Os procedimentos prescritos nas presentes Normas também se aplicam às irregularidades referentes à área de pagamento de pessoal, incluindo aquelas apuradas pelas Seções de Inativos e Pensionistas ou Órgãos Pagadores.

2 Responsabilidade do Agente Público, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2004, pág. 40.

3 STJ, 1ª Turma, Rel p/ acórdão Min Luiz Fux, RESp 769811/SP, DJe 06/10/2008.

4. Com o propósito de elucidar as dúvidas de forma didática, além do exame das diversas opiniões emitidas por essa Setorial no decorrer de sua argumentação, as questões relacionadas nas alíneas do item 44 da consulta serão reproduzidas e respondidas separadamente.

a. A primeira questão posta foi assim elaborada:

“a. no caso específico de pagamentos realizados indevidamente por erro NÃO escusável de interpretação da legislação, se a administração deve, obrigatoriamente, verificar a responsabilidade do(s) agente(s) da administração que motivou(ram) e/ou contribuiu(ram) para o prejuízo, visando eventual possibilidade de cobrança posterior;”

1) Sempre que a Administração Militar se deparar com a notícia da ocorrência de um pagamento indevido, é de rigor a apuração dos fatos para constatar se o erro é escusável ou não, se decorre de interpretação da lei ou de erro administrativo, se há boa ou má-fé na conduta do beneficiário, além de dolo ou culpa também na conduta do agente que efetivamente deu causa ao erro e danos decorrentes, bem como os valores a serem ressarcidos se não for aplicável a Súmula nº 249 do TCU.

2) Considerando que o enunciado da questão parte da premissa de que a hipótese é de pagamento indevido por erro não escusável de interpretação a lei, tal conclusão somente pode resultar da apuração dos fatos. Não obstante o enfoque aparentemente distinto, ou seja, embora tal apuração não seja, à primeira vista, destinada à posterior cobrança do(s) agente(s) responsável(eis) pelo erro, tais providências, naturalmente, devem ser adotadas de tal forma que também permitam futuras responsabilizações para fins de ressarcimento de danos aos cofres públicos.

b. A segunda questão foi assim elaborada:

“b. considerando que aquele(s) beneficiado(s) de pagamento indevido permanecem na Força, se é possível a administração implantar desconto em contracheque, independentemente do consentimento do(s) mesmo(s), conforme dispositivo apontado (item 13) com a ressalva de ter sido respeitado o devido processo legal e oportunizado o contraditório e a ampla defesa;”

1) Nos termos preceituados no Ofício nº 158 - Asse Jur – 04 (A1/SEF), de 16 dez 04, mencionado no item 13 da consulta, após a realização da sindicância na qual o beneficiário de um pagamento indevido possa exercer o contraditório e a ampla defesa, bem como discutir os critérios de cálculo dos valores apurados, independentemente do seu consentimento, nos termos do Regulamento da Administração do Exército e da Portaria nº 8-SEF, de 23 de dezembro de 2003, a Administração pode implantar os descontos (auto-executoriedade da decisão), conforme as regras pertinentes à margem consignável, semelhantemente ao que ocorre na esfera cível com os títulos executivos judiciais (execução decorrente de sentença condenatória transitada em julgado) .

2) Com o devido respeito às opiniões doutrinárias em sentido diverso, referidas na consulta formulada, a orientação de que os descontos destinados ao ressarcimento ao erário, nas condições explicitadas, independem do consentimento do militar beneficiado por pagamento indevido ou causador de danos ao erário, encontra seguro respaldo legal e jurisprudencial. A respeito:

“ADMINISTRATIVO- MILITAR – DESAPARECIMENTO DE EQUIPAMENTO. INQUÉRITO MILITAR. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. NORMAS PREVISTAS NO ESTATUTO DOS MILITARES.

-Cuida-se de ação de rito ordinário, em que o autor objetiva a condenação da ré em danos morais fixada em salários mínimos, em decorrência de ter sofrido desconto em seu soldo a título de reparação por desaparecimento de bem público.

-Ao ingressar nas Forças Armadas, o militar passa a se sujeitar às normas previstas pelo Estatuto dos Militares, bem como às legislações específicas, inclusive no que tange à responsabilidade pelos danos causados ao erário, devendo obediência aos critérios de disciplina e de hierarquia militares, os quais são a base institucional das Forças Armadas. Nesse sentido: TRF 1a. Reg. AC 01149830, Processo 299201149830, 4a. Turma, DJU de 24/08/92. - Desse modo, se a tese defendida pelo autor for aceita, qual seja, a de que faz jus ao pagamento de indenização por danos morais em razão de a Ré ter agido de forma abusiva – uma vez que não havia elementos suficientes que comprovassem que a conduta do autor tivesse contribuído para o desaparecimento do bem – o Judiciário estará suprimindo e modificando as atribuições da Administração Militar, o que normalmente não é de seu feitio, adentrando esfera de competência alheia à sua e desrespeitando, por conseguinte, o princípio da tripartição das funções do Poder.” (TRF 2ª Região, 8ª Turma Especializada, Relator p/ acórdão Des. Federal Poul Erik Dyrland, Apelação Cível nº 200151010039006, DJU 22/09/08)

“DEVIDO PROCESSO LEGAL - VENCIMENTOS - DESCONTOS DE IMPORTÂNCIAS SATISFEITAS A MAIOR. Descontos de quantias pagas além do devido pressupõem apuração dos valores em processo administrativo no qual fique assegurado ao servidor o exercício do direito de defesa ante eventual excesso ou erro de cálculo” (STF, 2ª Turma, Rel. Min. Marco Aurélio, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 241.428/SC, DJU 18/02/2000).

c. As seguintes questões reproduzidas, da terceira à nona, por serem interligadas, serão respondidas conjuntamente:

c. considerando que o(s) beneficiado(s) de pagamentos indevidos não devolvem, total ou parcialmente, os valores percebidos e, ainda, em virtude do(s) mesmo(s) não mais se encontrarem na Força (caso de licenciados, por exemplo), se é possível, após o devido processo legal, responsabilizar o(s) agente(s) da administração que deu(ram) causa ao prejuízo;”

“d. em consequência do acima, se é possível invadir, via administrativa, a esfera patrimonial do(s) agente(s) da administração apontado(s) de responsabilidade(s), a fim de ver os cofres públicos ressarcidos do prejuízo que deu(ram) causa, independentemente do consentimento do(s) mesmo(s);

“e. com a ressalva de que cada caso precisa ser devidamente analisado e apurado, mas, como regra geral e conforme exemplo citado no item 29, se está correto o entendimento desta Inspeção no sentido de atribuir responsabilidade a todos aqueles que de forma culposa, comissiva ou omissiva, contribuíram para a ocorrência do prejuízo e/ou a sua continuação;”

“f. em estando correto o entendimento acima, se realmente todos aqueles apontados de responsabilidade são solidários pela dívida, portanto, sendo responsáveis pela mesma até a sua extinção;”

“g. ainda, neste mesmo caso, como proceder efetivamente o desconto em folha de pagamento desse(s) servidor(es) responsável(eis), visto, salvo outro entendimento, ser impossível estabelecer/mensurar valores/cotas/percentuais/graus de responsabilidade;

“h. ainda, como proceder diante do exposto no item 33? Se é o caso de encaminhar o processo para a inscrição na dívida ativa da União mesmo que a administração, simultaneamente, efetue ações visando a cobrança daquele(s) servidor(es) responsável(eis);”

“i. no caso acima, se houver o envio do devido e competente processo legal para a inscrição na dívida ativa da União daquele(s) que recebeu(ram) valores indevidos e não restituíram a União, a administração ficará impossibilitada de realizar os procedimentos de cobrança/desconto dos acusado(s) de responsabilidade;”

1) A solução das questões passa pela definição da existência ou não de responsabilidade solidária entre os beneficiários de pagamentos indevidos e o(s) militar(es) que deu(ram) causa aos danos decorrentes do erro administrativo que motivou o pagamento equivocado.

2) Tal constatação pressupõe o exame do que dispõe o Regulamento de Administração do Exército (RAE ou R-3), aprovado pelo Decreto nº 98.820, de 12 de janeiro de 1990, o qual, além de estabelecer, no artigo 48, que os auxiliares dos agentes da administração participam da responsabilidade correspondente às atribuições que lhes foram cometidas pelas autoridades competentes, contempla disposições que devem ser interpretadas de forma sistêmica com os postulados da responsabilidade civil:

Art. 108. Todo servidor, militar ou civil, investido em função, cargo ou encargo, que vier a causar prejuízos à União, as pessoas físicas e/ou jurídicas ou ao serviço, terá sua responsabilidade administrativa, civil e ou criminal, vinculada às omissões ou atos ilegais em que incorrer ou praticar.

Art. 109. A responsabilidade será civil quando ocorrer prejuízos para a União ou para pessoa física ou jurídica.

§ 1º A responsabilidade civil não isenta o responsável da sanção administrativa e/ou criminal relativa ao evento.

§ 2º A responsabilidade civil imputada ao agente ou auxiliar culpado acarretará o ressarcimento dos danos ou prejuízos causados à União ou a terceiros, com as cominações legais.

§ 3º Os débitos resultantes de responsabilidade civil não se anulam pela absolvição administrativa ou criminal do agente exceto quando, em última instância, a ação civil correspondente for julgada improcedente.

§ 4º Os recursos interpostos pelos responsáveis para a suspensão de débitos que forem resultantes de apuração de responsabilidades não sustam e não interrompem os descontos que devem sofrer nas respectivas remunerações.

Art. 110. A sanção civil será aplicada:

- 1) ao agente ou auxiliar **responsável direto** pelo prejuízo ou dano apurado;
- 2) aos agentes que tenham negligenciado as providências de sua competência para responsabilizar o agente ou auxiliar culpado.

Art. 111. A sanção administrativa, contra o agente ou auxiliar responsável, observada a prescrição do art. 109, poderá se processar mediante as seguintes providências:

- 1) imediato afastamento do cargo, quando, com base em provas documentais, tornar-se incompatível com a função, por ter cometido ações prejudiciais aos interesses da Fazenda Nacional, por desídia, condescendência ou má-fé;
- 3) desconto das importâncias pagas indevidamente;

6) desconto das importâncias que se refiram a quaisquer erros que deram origem a prejuízos ao Estado ou a terceiros.

Parágrafo único. A sanção administrativa não elide a aplicação da sanção disciplinar prevista no Regulamento Disciplinar do Exército.

CAPÍTULO II

Da responsabilidade funcional

Art. 125. O servidor, militar ou civil, no desempenho de qualquer função administrativa, será responsabilizado essencialmente:

9) pelos erros que resultem em pagamentos indevidos;

15) pelo desempenho incorreto das obrigações decorrentes do seu cargo ou encargo;

CAPÍTULO IV

Da responsabilidade coletiva

Art. 132. A responsabilidade dos componentes da administração que participarem de determinado evento é, em princípio, solidária.

§ 1º A administração da UA ou o escalão imediatamente superior poderá atribuir valores proporcionais às responsabilidades dos agentes e/ou auxiliares envolvidos no evento.

CAPÍTULO VI

Dos prejuízos e indenizações

Art. 146. Os prejuízos ou danos causados a União deverão ser indenizados.

Art. 149. As indenizações provenientes de alcance, **restituições de recebimentos indevidos** ou para reposição de bens, serão descontadas de uma só vez ou, na sua impossibilidade, em parcelas mensais dos vencimentos ou quantia que, a qualquer título, os responsáveis pela indenização recebam do Estado.

§ 2º **A indenização devida à União, que não for realizada pela via administrativa, será motivo de cobrança judicial e, se for o caso, executiva.**

§ 3º O fixado neste artigo incidirá sobre os responsáveis pelo pagamento indevido, **quando não for possível alcançar o beneficiado.**

Art. 150. As indenizações a imputar ou imputadas aos militares deverão ser dimensionadas, sempre que possível, de modo a permitir que os descontos sejam concluídos antes do respectivo licenciamento ou exclusão do serviço ativo. (destaques acrescidos)

3) Em consonância com tais preceitos, a Portaria nº 008-SEF, de 23 de dezembro de 2003, a qual aprova as normas para a apuração de irregularidades administrativas, assim dispõe:

Art. 27. Serão adotadas as providências necessárias para a inscrição na Dívida Ativa da União, de acordo com estas Normas, quando:

I - houver o reconhecimento da dívida pelo responsável e não for possível implantar ou continuar o desconto em contracheque;

II - houver atraso superior a três meses no pagamento; e

III - **o responsável pelo ressarcimento não pertencer à Administração Pública.**

Art. 31. Os procedimentos prescritos nas presentes Normas também se aplicam às irregularidades referentes à área de pagamento de pessoal, incluindo aquelas apuradas pelas Seções de Inativos e Pensionistas ou Órgãos Pagadores.

4) De fato, no seu Título V, que trata “Das Responsabilidades”, o Regulamento de Administração do Exército contempla previsão de responsabilização solidária, bem como de atribuição de valores proporcionais às responsabilidades dos agentes e auxiliares envolvidos em determinado evento, nos termos do artigo 132, § 1º, do RAE.

5) Porém, em se tratando de restituição de recebimentos indevidos, o ressarcimento somente deverá ser cobrado do(s) responsável(eis) pelo pagamento indevido quando não for possível alcançar o beneficiado na via administrativa ou na via judicial, nos termos do artigo 149, § 3º, do RAE.

6) Em outras palavras, conclui-se que, não obstante a existência de responsabilidade solidária, quando se tratar de pagamento indevido, antes de cobrar o ressarcimento dos danos decorrentes dos responsáveis pelo erro, **observando sempre o devido processo legal e a existência de culpa**, deve a Administração Militar esgotar as tentativas de cobrar a restituição dos valores do próprio beneficiário, na via administrativa ou na via judicial, inclusive com a inscrição do débito resultante ou restante em dívida ativa na hipótese de não mais ser remunerado pelo Exército.

7) Se não houver êxito após o esgotamento das tentativas de cobrar do beneficiário do pagamento indevido o ressarcimento dos danos ao erário, orientada pelo devido processo legal, deve então a Administração cobrar dos responsáveis pelo erro, atribuindo valores proporcionais às responsabilidades dos agentes e auxiliares envolvidos no evento (pagamento indevido), nos termos do artigo 132, § 1º, do RAE, medida que deve estar em sintonia com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade no momento da aferição da culpa e da mensuração da responsabilidade em cada caso.

8) Vale ressaltar que, não obstante tal orientação, paralelamente às providências destinadas à recomposição do erário, outras providências podem e devem ser adotadas pela Administração Militar, desde a adoção de medidas preventivas, tais como: o aprimoramento das rotinas administrativas que deram ensejo ao erro; o treinamento das equipes envolvidas com o pagamento e com o exame de pagamento; verificações periódicas por amostragens; além da avaliação do cabimento de outras medidas preventivas e sancionatórias.

9) Finalmente, embora não seja objeto dos questionamentos, vale frisar que, na eventualidade de ser identificada a presença de má-fé, dolo ou prática de crime na conduta do responsável pelo pagamento indevido, os desdobramentos serão os inerentes à espécie, devendo a Administração adotar todas as medidas pertinentes, não havendo a necessidade de aguardar a cobrança do beneficiário.

d. A décima questão:

“j. quanto à responsabilidade do OD, se está correto o entendimento de que somente poderá ser-lhe atribuída responsabilidade se ficar comprovado que agiu com dolo, culpa grave e/ou negligência;”

1) Tal como destacado no item anterior, o Regulamento de Administração do Exército contempla previsão de responsabilização solidária, bem como de atribuição de valores proporcionais às responsabilidades dos agentes e auxiliares envolvidos em determinado evento, nos termos do artigo 132, § 1º, do RAE.

2) Assim como deve ocorrer em qualquer situação e em relação a qualquer militar, a análise da existência e da extensão de responsabilidade do Ordenador de Despesas, na hipótese de pagamento indevido, também deve ser feita sempre à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

e. A questão derradeira foi assim formulada:

“k. se também é procedente a ressalva contida no item 42, vale dizer, se haverá necessidade de substituir o sindicante e/ou encarregado nos casos em que no curso da apuração dos indícios de irregularidades, houver eventual responsabilidade de agente(s) de hierarquia superior.”

- Sim, conforme os artigos 20 e 35 das IG 10-11, a qual dispõe sobre as Instruções Gerais para a elaboração de sindicâncias no âmbito do Exército.

5. Nesses termos, remeto-vos o presente expediente para a adoção das providências cabíveis.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças

Anexo “C”

JULGADOS DO TCU DE MAIOR INTERESSE PARA ÀS UG PUBLICADOS EM JULHO DE 2009

- Assuntos: **CAPACITAÇÃO e LICITAÇÕES**. DOU de 19.06.2009, S.1, p. 101. Ementa: determinaçãopara que, quando do lançamento de edital para contratar empresa especializada na prestação de serviços educacionais, para atendimento ao para oferta de cursos à distância, faça constar dos referidos instrumentos convocatórios o conteúdo programático mínimo dos cursos licitados, a fim de possibilitar a apresentação de propostas comparáveis pelos interessados e o necessário julgamento objetivo e, por consequência, o atendimento aos princípios da isonomia e da obtenção da proposta mais vantajosa, insculpidos no art. 3º, “caput”, da Lei nº 8.666/1993 (item 1.5.1, TC-032.764/2008-1, Acórdão nº 1.308/2009-Plenário).

- Assuntos: **PAGAMENTO e REGULARIDADE FISCAL**. DOU de 19.06.2009, S.1, p. 108. Ementa: determinação para que exija, a cada pagamento referente a contrato de execução continuada ou parcelada, a comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social, em observância ao art. 195, § 3º, da Constituição Federal e arts. 29, III e IV, e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.9.7, TC-012.700/2005-2, Acórdão nº 1.335/2009-Plenário).

- Assunto: **ALMOXARIFADO**. DOU de 19.06.2009, S.1, p. 113. Ementa: determinação para que implante mecanismos de planejamento para a realização de despesas, com base em levantamentos das reais necessidades dos materiais/bens a serem adquiridos durante o exercício, calçados em informações oriundas dos sistemas de controle do Almoxarifado, bem como na programação orçamentária, **evitando a utilização indevida do suprimento de fundos**, previsto no art. 45 do Decreto nº 93.872/1986 e nos Acórdãos nºs 2.959/2007-1ªC, 2.285/2005-1ªC e 210/2006-1ªC (alínea “a”, item 1.5.1, TC-014.075/2008-9, Acórdão nº 3.121/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**. DOU de 19.06.2009, S.1, p. 116. Ementa: determinação para que não proceda à contratação sem licitação, alegando situações emergenciais causadas pela falta de planejamento ou de desídia, na esteira do entendimento consolidado na Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos nºs 771/2005-2ªC e 667/2005-P, Decisão nº 347/1994-P (item 1.5.5.3, TC-020.333/2007-2, Acórdão nº 3.139/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **CONTRATOS**. DOU de 19.06.2009, S.1, p. 119. Ementa: determinação para que cumpra a exigência do art. 67 da Lei nº 8.666/1993 que exige a designação formal de um fiscal por contrato e não a designação de um único servidor, por meio de uma portaria geral, para todos os contratos do ano (item 1.5.3, TC- 012.050/2007-2, Acórdão nº 3.158/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 19.06.2009, S.1, p. 145. Ementa: determinação no sentido da constituição de Comissões Permanentes de Licitação que tenham em sua composição servidores com adequado perfil de formação profissional e abrangência de experiências funcionais, de forma a aperfeiçoar as rotinas de seus processos licitatórios e, por consequência, a qualidade dos produtos finais obtidos, atendendo assim ao princípio constitucional da eficiência (item 1.4.1.12.3, TC-020.542/2007-2, Acórdão nº 3.056/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **TERCEIRIZAÇÃO**. DOU de 19.06.2009, S.1, p. 149. Ementa: determinação para que, quando da contratação da prestação de serviços terceirizados, observe as normas pertinentes estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, de maneira que seja contratado o serviço e não o empregado, pois esse só mediante aprovação em prévio concurso público, conforme disposto no art. 37, II, da Constituição Federal (item 1.5.1, TC-002.052/2009-0, Acórdão nº 3.091/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **AMOSTRAS**. DOU de 19.06.2009, S. 1, p. 152. Ementa: determinação para que fixe prazo, a partir da publicação do aviso de licitação, suficiente para apresentação de amostras e laudos técnicos que comprovem a qualidade do objeto licitado, de modo a não restringir a competitividade e a isonomia do certame (item 1.6.1.2, TC-002.790/2009-9, Acórdão nº 3.121/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**. DOU de 26.06.2009, S.1, p. 105. Ementa: determinação para que, nas licitações de bens e serviços de tecnologia da informação, abstenha-se de exigir quesitos impertinentes ao objeto licitado em seus editais, a exemplo da exigência de registro da licitante no Conselho Regional de Administração (item 9.1.6, TC-021.988/2007-8, Acórdão nº 1.382/2009-Plenário).

- Assunto: **CONTRATOS**. DOU de 26.06.2009, S.1, p. 109. Ementa: recomendação ao para que fiscalize a execução dos contratos de prestação de serviços, em especial no que diz respeito à obrigatoriedade de a contratada arcar com todas as despesas decorrentes de obrigações trabalhistas relativas a seus empregados, de modo a evitar a responsabilização subsidiária da entidade pública, uma vez que a ausência de pendência por ocasião da assinatura do contrato não assegura que isso não venha a ocorrer durante a execução do contrato (item 9.3, TC-006.619/2009-6, Acórdão nº 1.391/2009-Plenário).

- Assunto: **TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**. DOU de 26.06.2009, S.1, p. 145. Ementa: determinação à no sentido de que fica dispensado o encaminhamento ao TCU e autorizado o correspondente arquivamento, no órgão ou entidade de origem, de tomada de contas especial (TCE) já constituída nas hipóteses de recolhimento do débito no âmbito interno, conforme preconiza o § 1º do art.5º da IN/TCU nº 56/2007 (item 1.5.1, TC-011.239/2009-8, Acórdão nº 3.223/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 26.06.2009, S.1, p. 146. Ementa: determinação ao para que realize, na fase preparatória dos procedimentos licitatórios, pesquisa de preço de mercado com pelo menos duas empresas pertencentes ao ramo do objeto licitado, ou consulte sistema de registro de preços (item 1.5.1.3, TC-010.937/2007-0, Acórdão nº 3.233/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 03.07.2009, S.1, p. 113. Ementa: determinação a para prever, em suas licitações, cláusula definindo os critérios de aceitabilidade de preços unitários, com a fixação de preços máximos, tendo por limite os valores estimados no orçamento a que se refere o inc. II do § 2º do art. 40 da Lei nº 8.666/1993, desclassificando a proposta que não atender a esse critério, com base nos arts. 40, inc. X, e 48, inc. I, da mesma lei (item 9.1.3, TC-005.472/2009-8, Acórdão nº 1.441/2009- Plenário).

- Assunto: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**. DOU de 03.07.2009, S.1, p. 117. Ementa: determinação para que, nas licitações e contratações de serviços de tecnologia da informação, defina metodologia de avaliação de qualidade dos serviços a serem prestados, abrangendo a definição de variáveis objetivas (grau de conformidade com as especificações inicialmente estabelecidas; número de falhas detectadas no produto obtido; entre outras), bem como fixe os respectivos critérios de avaliação dessas variáveis, incluindo escalas de valores e patamares mínimos considerados aceitáveis, em observância ao § 1º do art. 3º do Decreto nº 2.271/1997 e aos Acórdãos nºs 2.172/2005-P e 786/2006-P (item 9.2.3.3, TC-028.917/2008-6, Acórdão nº 1.453/2009-Plenário).

- Assuntos: **CONTRATOS e TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES**. DOU de 03.07.2009, S.1, p. 146. Ementa: determinação para que cumpra com mais austeridade a IN/MPS/SRP nº 03/2005, no que se refere à retenção de contribuição previdenciária, nos processos de despesas contínuas, bem como as leis municipais que tratam do recolhimento do ISSQN (item 1.5.1.3, TC-007.435/2007-7, Acórdão nº 3.466/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**. DOU de 06.07.2009, S.1, p. 95. Ementa: determinação que se abstenha de efetuar gastos para finalidade diversa da autorizada no orçamento, como a realização de despesas de custeio administrativo com material permanente, de consumo e equipamentos, cujas finalidades são distintas dos objetivos das ações no programa finalístico "Recuperação de Créditos da União", cumprindo o que determina o art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 (item 1.5.1, TC-009.188/2004-9, Acórdão nº 3.405/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO**. DOU de 06.07.2009, S.1, p. 96. Ementa: determinação para que, ao realizar certames licitatórios sob a modalidade pregão, quando não for divulgado o orçamento estimativo em planilhas, faça constar do edital o valor estimado da contratação, em atenção ao princípio da publicidade (item 1.6.1, TC-001.648/2009-5, Acórdão nº 3.407/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO**. DOU de 06.07.2009, S.1, p. 96. Ementa: recomendação para que faça constar dos pregões eletrônicos o valor estimado da contratação em planilhas ou preços unitários ou a informação do local onde os interessados poderão obtê-lo, ressaltando-se a obrigatoriedade de o mesmo constar do processo administrativo que fundamenta a licitação (item 1.6.2, TC-001.648/2009-5, Acórdão nº 3.407/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 81. Ementa: determinação para que, caso se façam presentes as condições fixadas no §1º do art. 23 da Lei 8.666/93 (“§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala”), quanto à viabilidade técnica e econômica de licitação ou adjudicação, em separado, dos serviços continuados de manutenção pós-garantia previstos em termo de referência de pregão, providencie, oportunamente, licitação própria para a contratação desses serviços, sob pena de responsabilidade dos respectivos gestores (item 9.3, TC-013.753/2009-3, Acórdão nº 1.491/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA**. DOU de 10.07.2009, S.1, ps. 84 e 85. Ementa: determinação para que, por ocasião da nomeação de fiscais de uma obra, cientifique-os formalmente: a) dos indícios de irregularidade identificados quanto ao uso de carregadeira e brita comercial e quanto às Distâncias Médias de Transporte (DMT's); b) da necessidade de serem adotadas medidas para promover alterações contratuais caso a empresa vencedora da licitação utilize escavadeiras para as operações de terraplenagem, utilize brita produzida (ao invés de comercial) ou reduza as DMT's de terraplenagem que fundamentaram a planilha orçamentária da licitação (itens 9.1.1.1 e 9.1.1.2, TC-005.656/2009-5, Acórdão nº 1.502/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 85. Ementa: determinação para que passe a exigir, como condição necessária para o aceite de projetos básicos e executivos, dentre outros documentos: a) plotagem das seções transversais (com primitivas e projetadas no mesmo desenho) de toda a faixa de domínio; b) diagrama do perfil longitudinal com as indicações de origem e destino dos materiais, contendo, no mínimo, a estratificação dos Índices de Suporte Califórnia (ISC ou CBR) das camadas de corte e de empréstimo e também setas com a indicação da “Distância Média de Transporte” (DMT) - e volume transportado - tendo como origem os cortes e empréstimos e como destino os aterros e bota-foras (itens 9.1.3.1 e 9.1.3.2, TC-005.656/2009-5, Acórdão nº 1.502/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 85. Ementa: determinação para que, em licitações, aceite a comprovação de capacitação técnica proveniente de obras diferentes daquela licitadas, passando a ter como critério a semelhança entre os serviços a serem comprovados, e não as obras em que foram executados, por exemplo, abstendo-se de recusar serviços semelhantes prestados em obras ferroviárias ou de vias urbanas quando da comprovação de qualificação para executar obras rodoviárias (item 9.1.4, TC-005.656/2009-5, Acórdão nº 1.502/2009-Plenário).

- Assunto: **AMOSTRAS**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 87. Ementa: determinação para que, em atenção ao art. 40, incisos VII e XVI, da Lei nº 8.666/1993, faça constar dos próximos editais, detalhadamente, os critérios de avaliação, as atividades de aferição de compatibilidade, assim como os planos, casos e relatórios de teste, quando se tratar de objeto cuja aceitação esteja sujeita a esses procedimentos, viabilizando, sempre que demandado por licitantes, a inspeção às amostras apresentadas, a fim de que os interessados verifiquem a compatibilidade com as exigências contidas no edital, garantindo a eficácia ao princípio da publicidade consagrado no “caput” do art. 3º da Lei nº 8.666/1993 (item 9.2.2, TC-000.293/2009-4, Acórdão nº 1.512/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 92. Ementa: determinação para que observe o disposto no art. 3º, § 1º, inc. I, e art. 30, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, limitando-se a exigir certificados de registro em conselhos de classe relacionados à atividade básica do objeto a ser contratado, quando esses forem imprescindíveis para garantir a escolha da melhor proposta para a administração, devendo a exigência estar amparada em justificativa de ordem técnica (item 1.5.2.1, TC-017.599/2008-1, Acórdão nº 3.535/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **TERCEIRIZAÇÃO**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 116. Ementa: determinação para abster-se, quando da realização de procedimentos licitatórios com vistas à contratação de mão-de-obra terceirizada, de fixar valores mínimos de remuneração, tendo em vista a vedação contida no art. 40, inc. X da Lei nº 8.666/1993, bem como no art. 20, inc. II da IN/SLTI-MP nº 02/2008, que veda a fixação dos salários das categorias ou dos profissionais que serão disponibilizados para a execução do serviço pela contratada, nos instrumentos convocatórios (item 1.5.12, TC-017.233/2008-3, Acórdão nº 3.570/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 130. Ementa: determinação para que observe a correta formalização dos atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, devendo constar do processo, nos termos do art. 21, inc. X, do Decreto nº 3.555/2000, os originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem (item 9.2.1, TC-023.195/2006-0, Acórdão nº 3.667/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **LICITAÇÕES e PREGÃO**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 130. Ementa: determinação para que faça constar, dos autos do processo de licitação, as justificativas das aquisições, amparando-as em dados analíticos, tais como estoques atuais e as necessidades do Comando do Exército, a fim de que seja atendido o disposto no art. 8º, inc. III, alínea "b", do Anexo I, do Decreto nº 3.555/2000 (item 9.2.2, TC-023.195/2006-0, Acórdão nº 3.667/2009- 2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 130. Ementa: determinação para que se abstenha de estabelecer exigências de habilitação técnica sem a precedência das devidas justificativas (item 9.2.7, TC- 023.195/2006-0, Acórdão nº 3.667/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **AMOSTRAS**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 130. Ementa: determinação para que se abstenha de exigir a apresentação de amostras de todos os licitantes, limitando tal demanda somente ao provisório licitante vencedor, a fim de não imputar ônus desnecessário aos ofertantes e à Administração, na esteira dos Acórdãos 526/2005-P, 1.182/2007-P, 1.332/2007-P e 1.598/2006-P (item 9.2.8, TC-023.195/2006-0, Acórdão nº 3.667/2009- 2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 130. Ementa: determinação para que, nos termos do art. 38, inc. VIII, da Lei nº 8.666/1993, quando da lavratura das atas dos certames licitatórios, faça constar os motivos de fato e de direito, devidamente fundamentados, que justifiquem a desclassificação de licitante (item 9.2.11, TC- 023.195/2006-0, Acórdão nº 3.667/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **CONTRATOS e EMPENHO**. DOU de 10.07.2009, S.1, p. 130. Ementa: recomendação para que, por ocasião da celebração dos contratos e de seus aditivos, faça constar desses termos a nota de empenho que será suficiente para garantir o pagamento de todas as obrigações deles decorrentes, de forma a dar eficácia ao que dispõe o art. 30 do Decreto nº 93.872/1986 e promover uma melhor gestão orçamentário-financeira dos recursos (item 9.3.2, TC-023.195/2006-0, Acórdão nº 3.667/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 17.07.2009, S.1, p. 101. Ementa: autorização para que dê continuidade a uma concorrência de 2009, desde que, na habilitação e no julgamento das propostas de preços, avalie se há indícios de conluio ou de qualquer outro fator que tenha comprometido a competitividade do procedimento licitatório e, uma vez confirmada a hipótese, abstenha-se de adjudicar o objeto licitado, retificando e republicando o edital ou anulando o certame, com fundamento no art. 21, § 4º, ou 49 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, conforme o caso (item 9.2.1, TC-011.789/2009-7, Acórdão nº 1.546/2009- Plenário).

- Assunto: **SUBCONTRATAÇÃO**. DOU de 17.07.2009, S.1, p. 105. Ementa: determinação para que não permita a subcontratação do objeto ajustado, em qualquer caso de contratação direta com base no art. 24, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.3.4, TC-009.672/2008-9, Acórdão nº 1.561/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA**. DOU de 17.07.2009, S.1, p. 117. Ementa: determinação para que, em seus procedimentos licitatórios, abstenha-se de incluir os itens Administração Local, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização no item Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), devendo esses custos constar da planilha orçamentária, com vistas a dar maior transparência à composição de custos (item 1.5.1.1, TC-028.044/2008-4, Acórdão nº 3.671/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **CADIN e SERVIÇO CONTÍNUO**. DOU de 17.07.2009, S.1, p. 60. Ementa: determinação para que: a) promova, quando da formalização dos processos licitatórios e contratos, as pesquisas prévias no CADIN, em respeito ao art. 6º, inc. III, da Lei nº 10.552/2002, devendo, ainda, serem anexadas as comprovações da pesquisa; b) anteriormente às prorrogações dos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, comprove no respectivo processo a vantagem de preços ou de condições favoráveis obtidas com a prorrogação, seja anexando pesquisa de preços realizada no mercado ou fornecendo explicação técnica quanto às condições do serviço prestado, respeitado sempre o limite de duração de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 (itens 1.5.1.1 e 1.5.1.2, TC-015.130/2006-0, Acórdão nº 3.695/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **CONTRATOS**. DOU de 24.07.2009, S.1, p. 100. Ementa: determinação para que observe a necessidade de promover o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato, no caso de vier a ser beneficiada pela isenção fiscal prevista na Lei nº 11.488/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03.07.2007, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-estrutura (REIDI) e prevê isenção de PIS/PASEP e COFINS para obras de infra-estrutura, notadamente, quanto aos projetos na área de energia (item 9.5.1, -013.342/2008-0, Acórdão nº 1.624/2009-Plenário).

- Assunto: **CONTRATOS**. DOU de 24.07.2009, S.1, p. 100. Ementa: determinação para que repactue o preço de serviços contratuais que utilizam areia e brita como insumo, no caso de se verificar que, durante a execução contratual, os mesmos estão sendo explorados em jazida, ao invés de adquiridos de terceiros (item 9.5.2, TC- 013.342/2008-0, Acórdão nº 1.624/2009-Plenário).

- Assuntos: **LICITAÇÕES e PREGÃO**. DOU de 24.07.2009, S.1, p. 102. Ementa: determinação para que adote medidas no sentido de que, nas licitações promovidas pelo órgão quando o objeto for dividido em lotes, o instrumento convocatório estabeleça: a) que os requisitos de habilitação econômico-financeira (tais como capital social e patrimônio líquido mínimo) sejam estabelecidos individualmente, e não em relação a todos os lotes, cumulativamente, para os quais a licitante formule propostas; b) que as licitantes devem ser alertadas de que, por ocasião da sessão do pregão (presencial ou eletrônico), após já ter vencido em pelo menos um lote, só poderão participar do lote subsequente se demonstrarem o cumprimento do requisito de habilitação econômico-financeira não apenas para o lote em que venceu, mas também, cumulativamente, para o lote em que irá concorrer, sob pena de incorrer nas transgressões previstas na legislação; c) critérios objetivos a serem observados caso um licitante apresente melhor proposta para vários lotes, de modo a assegurar que somente sejam adjudicados a uma mesma empresa os lotes para os quais apresente os requisitos de habilitação econômico-financeira necessários para garantir o cumprimento das obrigações contratuais que assumirá (itens 9.2.1 a 9.2.3, TC-029.002/2007-0, Acórdão nº 1.630/2009-Plenário).

- Assuntos: **LICITAÇÕES e PREGÃO ELETRÔNICO**. DOU de 24.07.2009, S.1, p. 103. Ementa: determinação para que se abstenha, em licitações, de incluir nos editais cláusulas que permitam a interpretação de que, em caso de ilegalidade, a licitação poderá não ser anulada, a exemplo de cláusula em edital de um pregão eletrônico de 2009 (item 1.5.1, TC-014.274/2009-0, Acórdão nº 1.638/2009- Plenário).

- Assunto: **SUPRIMENTO DE FUNDOS**. DOU de 24.07.2009, S.1, p. 105. Ementa: determinação para que: a) detalhe, nos processos de suprimento de fundos, as despesas e sua necessidade, não se limitando a acrescentar a nota fiscal ao processo, e componha os processos com demonstrativos mensais, cópia das faturas do cartão corporativo e cópia da nota de empenho; b) utilize nos processos de concessão de suprimento de fundos os modelos disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF) (itens 1.5.1.1 e 1.5.1.2, TC- 013.601/2008-3, Acórdão nº 3.754/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **DOCUMENTO FISCAL**. DOU de 24.07.2009, S.1, p. 114. Ementa: determinação em Goiás para que adote medidas para não receber documentos fiscais comprobatórios de despesas realizadas por Cartão de Pagamento do Governo Federal com falhas nas respectivas emissões, tais como prazo de validade vencido e falta de indicação da autoridade competente para emissão das referidas notas (item 1.5.1.2, TC- 013.540/2008-6, Acórdão nº 3.824/2009-1ª Câmara).